UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA**

 MACEIÓ

 2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL

FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E CONTABILIDADE – FEAC

CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA À DISTÂNCIA**

 MACEIÓ

 2016

**SUMÁRIO**

1 – IDENTIFICAÇÃO DO CURSO......................................................................4

1.1 - Contextualização da Instituição de Ensino Superior – IES..............4

* + 1. Mantenedora.......................................................................4
		2. Mantida................................................................................4

2 - INTRODUÇÃO................................................................................................4

 2.1 – Contexto Institucional,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,,4

 2.2 – Contexto Regional............................................................................5

 2.3 – Contextualização do Curso..............................................................6

 2.4 – Histórico do Curso............................................................................7

 2.5 – Contexto do Curso...........................................................................9

 2.6 – Políticas Institucionais no Âmbito do Curso...................................12

 2.6.1 – Políticas de Ensino...........................................................12

 2.6.2 – Políticas de Extensão.......................................................14

 2.6.2.1 – Dimensões de extensão......................................14

 2.6.2.1.1 – Dimensão 1. Formação acadêmica...........15

 2.6.2.1.2–Dimensão 2. Produção de Conhecimento.15

 2.6.2.1.3– Dimensão 3. Interação com os Setores da Sociedade..........................................................................................................16

 2.6.2.1.4 – Dimensão 4. Valorização da cultura local....................................................................................................................16

 2.6.2.2 - Princípios da Extensão.......................................16

 2.6.2.3 – Metodologias Gerais Norteadoras......................18

 2.6.2.4 – Organização didático-pedagógica.......................18

 2.6.2.5 – Avaliação.............................................................19

 2.6.2.6 – Financiamento da extensão................................19

 2.6.3 – Políticas de Pesquisa.......................................................20

 2.7 - A Responsabilidade Social.............................................................21

 2.8 – Acessibilidade................................................................................22

 2.9 – Inclusão..........................................................................................23

 2.10 – Objetivos do Curso.......................................................................24

 2.10.1 - Objetivo Geral..................................................................24

 2.10.2 – Objetivos Específicos.....................................................24

 2.11 - Competências e Habilidades........................................................25

2.12 – Perfil do Egresso..........................................................................26

2.13 – Campo de Atuação.......................................................................27

1. - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA.............................................28
	1. - Estrutura Curricular..........................................................................33
	2. - Conteúdos Curriculares..................................................................35
	3. - Diretrizes Metodológicas para Formação do Curso.......................36
	4. - Dimensões de Formação................................................................36
	5. -- Aspectos do Curso........................................................................36
		1. - Transversalidade.............................................................38
		2. - Atividades Acadêmicas Articuladas de Ensino...............38
		3. - Estágio Curricular Supervisionado..................................38
		4. - Trabalho de Conclusão de Curso....................................39
		5. - Atividades Complementares............................................40
		6. - Disciplinas Eletivas..........................................................44
	6. - Ementas e Bibliografias Básicas e Complementares.....................45
	7. - Tecnologias da Informação e Comunicação – TIC.........................87
	8. - Programa de Capacitação e Atualização da Equipe Multidisciplinar..................................................................................90
	9. - Material Didático Institucional.........................................................91
	10. - Atividades de Tutoria e Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes........................................................91
	11. - Encontros Presenciais................................................................93
	12. - Colegiado do Curso....................................................................94
	13. - Núcleo Docente Estruturante.....................................................95
	14. - Políticas de Apoio aos Docentes e Técnicos.............................96
	15. - Políticas de Apoios aos Discentes.............................................97

 3.16 - Sistema de Controle de Produção e Distribuição de Material Didático...................................................................................................99

1. - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA PRENDIZAGEM.....100
	1. - Avaliação Institucional...................................................................100
	2. - Avaliação dos Subsistemas de EAD............................................102
	3. - 12.3 – Avaliação no Contexto Ensino Aprendizagem.................103
	4. - Avaliação do Projeto pedagógico................................................108

ANEXO 1.........................................................................................................109

 **1 –IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**1.1 - Contextualização da Instituição de Ensino Superior - IES**

**1.1.1 - Mantenedora**: Ministério da Educação (MEC)

Código: 391

Município-Sede: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

Dependência: Administrativa Federal

**1.1.2 – Mantida**: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Código: 577

Município-Sede: Maceió

Estado: Alagoas

Região: Nordeste

Endereço do Campus sede: Rodovia BR 101, Km 14 Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970. Fone: (82) 3214 -1100 (Central)

Portal eletrônico: www.ufal.edu.br

**2 – INTRODUÇÃO**

O curso foi criado para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Alagoas, na modalidade a distância (EaD), como forma de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

**2.1 - CONTEXTO INSTITUCIONAL**

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além de uma Unidade Educacional (UE) em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 59 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia e uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema e a oferta de 08 cursos, todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 31 programas de Mestrado e 09 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

**2.2 - CONTEXTO REGIONAL**

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e 13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESu//MEC.

O PIB per capita estadual era de R$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72 %. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

**2.3 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO**

**Curso:** Administração Pública

**Código do curso:** 1140063

**Modalidade:** Bacharelado à Distância

**Título oferecido:** Bacharel em Administração Pública

**Nome da Mantida:** Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

**Campus:** A.C. Simões

**Município-Sede:** Maceió

**Estado:** Alagoas

**Região:** Nordeste

**Endereço de funcionamento do Curso:** Rodovia BR 101, Km 14 Campus A. C. Simões – Cidade Universitária Maceió /AL - CEP: 57.072 - 970. Bloco 14, sala 110. Fone: (82) 3214 - 1234

**Resolução de Autorização:** Curso autorizado pela resolução nº 31/2009 do CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009.

**Número de Vagas autorizadas:** Curso não regular, 250 vagas autorizadas.

**Turnos de Funcionamento:** Modalidade à Distância.

**Carga Horária:** 3000 horas

**Tempo de integralização do curso:** Mínimo: 8 (oito) períodos /Máximo: 12 (doze) períodos

**Forma de acesso ao curso:** Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e/ou Processo seletivo da Copeve, com periodicidade a depender da demanda da população e disponibilidade de recursos orçamentários, além dos acessos através de transferências oriundas de outras instituições e reopção de alunos da própria UFAL.

**Coordenador do Curso**

**Nome:** Araken Oliveira

**Formação Acadêmica:** Ciências Contábeis e Direito.

**Titulação:** Doutor.

**Regime de Trabalho:** Dedicação Exclusiva – DE.

**Tempo de exercício na UFAL**: 20 anos

**Tempo de exercício na função**: 01 ano

**Experiência de trabalho na modalidade EAD:** 02 anos;

**Atuação profissional na área:** 20 anos.

**2.4 – HISTÓRICO DO CURSO**

**2**

O Projeto Universidade Aberta do Brasil – UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, em caráter experimental, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e fomento dos cursos da UAB, e conseqüentemente, a democratização, expansão e interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério de Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distancia – SEED estimula a oferta do curso de Administração Pública na modalidade a distância, operacionalizado pelas Instituições Públicas de Ensino Superior, de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso Bacharelado em Administração Pública vem ao encontro das necessidades das organizações públicas contemporâneas, que buscam gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão na esfera regional, nacional e internacional, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos da nação.

Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no Estado de Alagoas, incluindo seus mais distantes municípios, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL - oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD), como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O projeto pedagógico do curso está pautado na observância aos dispositivos legais e dispositivos regimentares Institucionais, entre eles:

* *LDB –* Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394, de 20.12.1996);
* *DCN* – Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, Bacharelado (Resolução CNE/CES nº 1 de 13.01.2014);
* *SINAES* – Dispositivos legais e orientações do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior;

As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Administração Pública – Bacharelado compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltada ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Pública. São princípios fundamentais a serem atingidos pelo curso de graduação em Administração Pública, os quais integram este projeto:

 I. *o ethos* republicano e democrático como norteador de uma formação que ultrapasse a ética profissional, remetendo-se à responsabilidade pela *res publica* e à defesa do efetivo caráter público e democrático do Estado;

 II. a flexibilidade como parâmetro das Instituições de Educação Superior, para que formulem projetos pedagógicos próprios, permitindo ajustá-los ao seu contexto e vocação regionais;

 III. a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade que garantem a multiplicidade de áreas do conhecimento em temas como política, gestão pública e gestão social e sua inserção com outros cursos.

O Curso foi criado para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no estado Alagoas, ressalte-se em seus 102 (cento e dois) municípios, como forma de desenvolver as competências necessárias ao bom desempenho profissional, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, nos âmbitos federal, estadual e municipal. O curso foi criado em 2009, atendendo os mais distantes municípios nas diversas regiões do estado, através de quatro pólos: Maceió, Arapiraca, Penedo e Piranhas.

**2.5 - CONTEXTO DO CURSO**

A oferta do curso amplia a presença da UFAL no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, pois ela representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta maiores indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, para a UFAL, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente a sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades. Este cenário é evidenciado por indicadores sociais e econômicos preocupantes, como exemplificam alguns deles apresentados a seguir:

          Índice de  Desenvolvimento Humano – IDH: 0,633 (IPEA, 2004) – é o pior índice do  Brasil;

     Receita  per  capita: US$ 1.482 (IBGE-PNAD, 2002);

   Miserabilidade: 47% da população sobrevivem com renda abaixo de R$ 88,00 por pessoa (FGV, Mapa do Fim  da Fome em Alagoas, 2003);

         69,4% da população ativa recebe até um salário mínimo (IBGE, 2003);

     Estado com maior população de pobres do Brasil: 62% (IPEA,2004); concentração de renda (Gini =  0,571), a  maior do Brasil;

         70% de seus municípios entre os 20%  com menor IDH do país;

         Mortalidade infantil: 45,9/1000 nascidos vivos (SEE/AL, 2004); 92,8% no  município de Campo Alegre com índice pior que  Benin, Gabão e  Ruanda;

         Acesso à  água encanada: 37,6%, a segunda menor do país; coleta e tratamento de esgoto: 14,1%, o pior índice do país (PNAP, 2004);

         Trabalho infantil não remunerado: 71,9% do total de crianças  com idade de 5 a 17 anos trabalhando (IBGE-PNAD, 2001);

         Analfabetismo: 32,1% (PNAD, 2003);

         Insuficiente formação/qualificação  do docente da rede pública municipal e  estadual: 20.000   professores (CEE-AL/Gazeta de Alagoas, 22.02.2004);

         Exclusão  digital: 94,5%  da  população (PNAD, 2004);

Embora seja um dos menores estados do Brasil, com 27.818,5 km² e 2.822.621 habitantes (IBGE, 2000), Alagoas apresenta grandes potencialidades naturais (patrimônio ambiental), sociais (diversidade, patrimônio cultural, população cordial e trabalhadora) e econômicas (recursos naturais, agroindústrias, razoável infra-estrutura física). São potencialidades pouco ou inadequadamente exploradas, revelando um quadro persistente de exclusão social, econômica e política, marcado, especialmente, pelo baixo grau de escolaridade e baixa qualificação profissional dos seus habitantes, o que reforça a falta de oportunidades para a maioria e ressalta o papel da educação como estratégia de mudança. A interiorização da UFAL para as diversas sub-regiões deste estado proporcionará a mobilidade social de seus habitantes, além de alavancar o desenvolvimento dos diferentes segmentos.

  Para atender a demanda pela formação superior de gestores públicos no estado de Alagoas, incluindo seus mais distantes municípios, a UFAL oferta o curso de Administração Pública na modalidade a distância (EaD) nos pólos de Maceió e Arapiraca, como forma eficaz para ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo assim sua missão e colaborando com o desenvolvimento da sociedade brasileira.

            O Projeto Pedagógico do curso contempla as demandas de natureza política, econômica, social e ambiental da seguinte forma:

* *Demandas de natureza política:* Nas disciplinas Ciência Política, Gestão de Pessoas no Setor Público, Instituições de Direito Público, Políticas Públicas e Sociedade, Relações Internacionais, disciplinas estas vistas pelos discentes de forma obrigatória no transcorrer do curso.
* *Demandas econômicas*: Também são contempladas no curso com as disciplinas de Economia Brasileira, Introdução à Economia, Macroeconomia, Orçamento Público, Teoria das Finanças Públicas, também vistas de forma obrigatória em sua grade curricular.
* *Demandas sociais:* O estudo da temática da história e cultura afro-brasileira e indígena tem abordagem transversal nas disciplinas Sociologia Organizacional, Instituições de Direito e Filosofia e Ética, atendo o disposto na  Lei 9.795, de 27  de abril de 1999 e o  Decreto nº4.281, de 25 de junho de 2002. Sobre a temática social, o curso oferece a disciplina Educação em Direitos Humanos e Língua Brasileira de Sinais, ambas de forma optativa, atendendo o disposto na Resolução nº 01, de 30 de maio de 2002 que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.
* *Demandas ambientais:* A temática ambiental é tratada diretamente na disciplina  “Gestão Ambiental e Sustentabilidade, obrigatória no oitavo período, além de ser tratada, de forma transversal, nas matérias Filosofia e Ética e Administração Estratégica, ambas obrigatórias.

            O funcionamento do curso foi aprovado pela resolução nº 31/2009 do CONSUNI/UFAL, de 04 de maio de 2009, e o mesmo encontra-se em “processo  de reconhecimento”.

Por só ter sido aprovado no ano de 2009 e sendo sua primeira turma iniciada no mesmo ano, os egressos do curso só foram submetidos ao ENADE em Nov/2015 com resultado ainda não divulgado.

O curso, desde o seu ato autorizativo pelo CONSUNI, possui 493 (quatrocentos e noventa e três) alunos ingressantes, tendo, destes, concluído o curso 66 (sessenta e seis) alunos; do total de alunos ingressantes não há nenhum aluno estrangeiro, participante de projetos de pesquisa e extensão e de programas de financiamento  estudantil.

**2.6 - POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO**

A UFAL visa tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade alagoana, enfatizando a sua participação no desenvolvimento regional.

**2.6.1 - POLÍTICAS DE ENSINO**

O curso adota política de ensino centrada em três grandes eixos, visando à melhoria contínua da oferta, a formação cidadã, o reconhecimento da sociedade e a garantia de formação adequada ao perfil de egresso desejado. Isso passa necessariamente por inovação e qualificação, internacionalização, e gestão acadêmica.

O curso foi autorizado a iniciar suas atividades em 2009 e seu projeto pedagógico está passando por sua primeira revisão, onde se debateu novo desenho curricular, não esquecendo as novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo, buscando sempre novas práticas pedagógicas e não perdendo de vista que para a formação completa deve-se levar em consideração a inclusão dos estudos dos direitos humanos, da sustentabilidade, da acessibilidade, das questões étnicos raciais e afro descendentes.

O curso também pensou em sua internacionalização como caminho de possibilidades de formação, com a intenção de deixar os currículos locais efetivamente sem fronteiras, oferecendo formação inicial em uma língua estrangeira.

Com referência a gestão acadêmica do ensino, o colegiado do curso tem em seu planejamento a realização das avaliações previstas no Projeto Pedagógico Institucional – PDI.

No âmbito do curso, para a atividade de ensino, seguindo as diretrizes do PDI da UFAL, elencamos como práticas utilizadas e/ou implantadas:

* Uso da ferramenta de interlocução com os discentes em ambiente virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, tarefas, recursos de acompanhamento e controle de cada aluno, pelo docente e tutores;
* Produção de material instrucional pelos docentes disponibilizados aos discentes (vídeos, artigos, resumos, etc);
* Disponibilização, aos alunos, de livros das disciplinas de cada período para estudo;
* Implantação de sistema de tutoria presencial, além da tutoria a distância;
* Disciplina específica de seminário integrador e seminário temático;
* Disciplina de língua estrangeira de Inglês, como eletiva, como forma de dar ao aluno uma formação inicial em língua estrangeira;
* Os direitos humanos são tratados na disciplina “Educação em Direitos Humanos”, ofertada pelo curso de forma eletiva;
* O curso está atento à existência de alunos com necessidades especiais no ensino EAD, para prestar-lhes atendimento especializado, e cuidando para que as diretrizes exigidas sejam cumpridas, se empenhando, quando necessário, para promover uma maior e melhor acessibilidade desses alunos nas dimensões pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação;
* O estudo da temática das relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena é visto de forma transversal nas disciplinas “Filosofia e Ética”, “Sociologia Organizacional” e “Instituições de Direito”;
* A temática ambiental e de sustentabilidade é tratada diretamente em disciplina específica obrigatória no oitavo período, “Gestão Ambiental e Sustentabilidade”, além de forma transversal nas disciplinas “Filosofia e Ética” e “Administração Estratégica”;
* Acompanhamento, pelos tutores, dos acessos à plataforma virtual pelos discentes;
* Reunião periódica do colegiado do curso para avaliação dos docentes e tutores;
* Revisão semestral, antes do início das aulas, das disciplinas a serem ofertadas;;
* Avaliação, ao final do semestre, da evasão e retenção de alunos;

**2.6.2 - POLÍTICAS DE EXTENSÃO**

A Universidade Federal de Alagoas, orientada pela base legal da Extensão Universitária Nacional, como preceitua a Constituição (1988), a Lei de Diretrizes de Base da Educação Nacional (1996) e o Plano Nacional de Educação (2000-2011) estabelece em seus objetivos institucionais consolidar e expandir às demandas sociais. A consolidação dessa finalidade passa, obrigatoriamente, pela formação do estudante, sujeito da construção do conhecimento.

 A UFAL assume e compromisso, legitimado por seu Estatuto (2003), e dimensiona a extensão como a vivência do processo ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade acadêmica e de toda a sociedade**,** utilizando como meio, os Programas e os Projetos que são elaborados e executados pelas Unidades Acadêmicas.

 A política de extensão da UFAL, alinhada ao cumprimento dos propósitos e missão da universidade pública fundamenta-se em **Dimensões, Princípios e Metodologias gerais norteadoras**, no sentido da consolidação da institucionalização em suas dimensões processual e acadêmica, envolvendo setores da sociedade e a universidade, sobretudo todos os estudantes como corporação obrigatória na execução e no protagonismo da ação extensionista.

 Nessa perspectiva, a UFAL reafirma o conceito reformulado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão - FORPROEX, em 2011, com o seguinte enunciado:

*“A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade”.*

**2.6.2.1 - Dimensões da Extensão**

As dimensões da extensão são compromissos prioritários ou elementos estruturantes que devem funcionar como diretrizes gerais da extensão, orientando o planejamento, a execução e a avaliação das ações extensionistas. Assim, a UFAL institui quatro dimensões estratégicas como seguem: a) formação acadêmica; b) produção de conhecimento; c) interação com a sociedade; d) produção, preservação e difusão cultural.

**2.6.2.1.1 - Dimensão 1. Formação acadêmica**

A formação acadêmica entendida como uma das dimensões da Extensão Universitária, em consonância com a realidade contemporânea, deve acompanhar as transformações sociais e as oportunidades. Nesse sentido, devem-se buscar mecanismos para uma formação generalista, humanística, crítica e reflexiva como definido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (Parecer CNE/CES nº 67/2003). A UFAL tem o compromisso com a formação, não só teórica, mas profissional de perfil versátil. Espera-se também que o cidadão formado pela UFAL, além da robusta formação científica e filosófica possua habilidades comunicativas, empreendedoras, contextualizado com a realidade local, regional e do mundo. Que seja fluente em idiomas estrangeiros e comprometidos com a preservação ambiental e respeito aos direitos humanos.

**2.6.2.1.2 - Dimensão 2. Produção de Conhecimento**

A extensão transcende a sala de aula tradicional e promove a interação com os diversos setores da sociedade, favorecendo a produção, inovação e a difusão do conhecimento, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento tecnológico e social do país. Cabe à extensão, vincular à pesquisa e ao ensino as necessidades da sociedade e, ao mesmo tempo, buscar a construção e produção de conhecimento, visando à transformação da sociedade em que está inserida.

 Dentro desse balizamento, a produção de conhecimento, via extensão, se dá na troca de saberes sistematizados – acadêmico e popular, tendo a participação efetiva da comunidade naatuação da universidade com a conseqüente produção resultante do confronto com a realidade. Vale salientar que a pesquisa é parte indissociável da extensão. Contudo, essa pesquisa deve ser concebida como método investigativo de trabalho voltado às transformações sociais e à produção de conhecimento. Caracteriza-se, efetivamente, como um processo educativo, reafirmando o compromisso da UFAL com a sociedade.

**2.6.2.1.3 - Dimensão 3. Interação com os setores da sociedade**

A extensão como espaço de vivência com as problemáticas sociais deve assegurar a relação bidirecional entre a universidade e os setores da sociedade, de tal modo que os problemas sociais emergentes recebam atenção produtiva por parte da UFAL.

 A participação da universidade na elaboração, acompanhamento, avaliação e implantação das **políticas públicas** voltadas para a maioria da população se constituem em diretriz importante na interação com a sociedade.

**2.6.2.1.4 - Dimensão 4. Valorização da cultura local**

As atividades voltadas para o desenvolvimento, produção, preservação e difusão cultural e artística devem permear a práxis acadêmica como **elemento transversal no respeito à diversidade cultural** e para a elevação do nível cultural da população. O estímulo à formação técnica deve ser referenciado pelas ações extensionistas que valorizem a cultura local.

**2.6.2.2. - Princípios da Extensão**

As ações de extensão da UFAL, desenvolvidas como processo educativo, visa, sobretudo, colaborar como parte indissociável na formação de profissionais éticos que possam contribuir na elevação das condições de vida da comunidade local e para o progresso e desenvolvimento regional. Essas ações se consubstanciam em forma de programas, projetos, cursos de extensão, eventos, prestação de serviço, produção e produtos acadêmicos. Assim, para cumprimento dos propósitos e missão, a UFAL deve seguir os seguintes princípios gerais:

**Princípio I** – Ação a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;

**Princípio II –** a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão.

**Princípio III –** a universidade deve estar atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;

**Princípio IV -** ação cidadã da universidade não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nela produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;

**Princípio V –** aprestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, como ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;

**Princípio VI** – a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

**2.6.2.3 - Metodologias gerais norteadoras**

A participação do aluno é um dos pilares das ações que viabiliza a extensão como momento da prática profissional, da consciência social e do compromisso **político, devendo ser obriga**tória para todos os cursos, desde o primeiro semestre, se possível, e estar integrada a programas decorrentes das Unidades Acadêmicas e à temática curricular, sendo computada para a integralização do currículo dos discentes. Assim, as a**tivid**ades (AÇÔES) de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 a 2020.

**2.6.2.4 - Organização didático-pedagógica**

Com a finalidade do aprimoramento do processo ensino/aprendizagem, da sistematização e da articulação entre indivíduos ou grupo de estudo, a UFAL assume que todas as ações de extensão devem ser classificadas em Áreas Temáticas e em Linhas de Extensão como definida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, apresentada no documento “Extensão Universitária: Organização e Sistematização”. Além disso, todas as ações de extensão devem ser classificadas em Áreas de Conhecimento, tendo como base as definidas pelo CNPq.

 Como grande parte das ações está relacionada a mais de uma Área, as mesmas podem ser classificadas em Área Temática Principal e Área Temática Secundária.

 As linhas de extensão têm especial importância para a nucleação das ações de extensão, ou seja, a construção dos programas. As mesmas não são, necessariamente, ligadas a uma Área Temática.

 As ações de extensão, a saber: projetos, cursos, eventos, prestação de serviço e publicação, se organizam em programas das Unidades Acadêmicas. Cada programa, por sua vez, deve ter apenas uma Linha de Extensão, não excluindo a possibilidade da inserção de outras linhas quando complementes da Linha principal, no máximo de três. As ações de extensão podem não estar vinculadas a programas de extensão.

**2.6.2.5 - Avaliação**

A avaliação de extensão universitária no âmbito da UFAL deve abordar o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das ações de extensão, traduzido por apoio financeiro, recursos humanos e pela efetividade da extensão nos Projetos Político-Pedagógico dos Cursos de graduação. Os indicadores de extensão qualitativos devem medir o impacto das atividades de extensão junto aos segmentos sociais que são alvos ou parceiros dessas atividades, através de aplicação de instrumentos avaliativos específicos. Os indicadores qualitativos serão expressos em número de ações, população atendida e número de envolvidos nas atividades de extensão entre docentes, discentes, técnico-administrativos e pessoas externas à instituição.

**2.6.2.6 - Financiamento da extensão**

O fortalecimento da Extensão Universitária passa pelo aporte de recursos financeiros. A sua utilização competente imprime segurança e otimiza o planejamento das ações. O Artigo 34 do Estatuto da UFAL assegura o desenvolvimento das atividades de extensão consignando em seu orçamento recursos para esse fim. Dessa forma, a extensão da UFAL viabiliza a execução das ações, nas suas diversas modalidades, com a dotação de recursos financeiros por meio dos seus Programas Institucionais.

 A LDB (Lei 9.394/96) traz entre seus princípios a necessidade da diversificação dos cursos superiores e a flexibilização dos projetos acadêmicos, permitindo às IES adequarem os projetos pedagógicos às respectivas naturezas institucionais, às realidades regionais e às finalidades inerentes aos cursos, tanto se voltados à formação profissional quanto às ciências ou às artes. Cumpre destacar que tais que tais diretrizes se associam à premissa da educação continuada, a qual afirma que a graduação superior é apenas uma etapa do processo de ensino aprendizagem e não o seu término. Deve-se salientar também que, como contrapeso à tendência de diversificar e flexibilizar, o aparato normativo define a necessidade de existirem processos de avaliação permanentes para identificar desvios e propor correções de rumo.

 A Universidade Federal de Alagoas atua em todas as oito áreas temáticas de extensão classificadas pelo Plano Nacional de Extensão: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Produção e Trabalho, tendo em 2011 realizado 802 destas ações.

 No âmbito do curso considera-se como atividade curricular de extensão, o estágio curricular supervisionado, totalizando 300 horas ou o correspondente a 10% do total de carga horária do curso; e ainda se segue, na medida do possível, as orientações/diretrizes acima.

**2.6.3 - POLÍTICAS DE PESQUISA**

 O incentivo à produção científica, tecnológica e cultural qualificada, se dará através de mecanismos que visem o aumento de produção do conhecimento produzido na UFAL. Entre eles vale salientar a política de apoio prioritário à publicação em periódicos de alto fator de impacto, através de lançamento de edital de concessão de recursos para a tradução e pagamento de taxas de publicação.

 Além disso, o incentivo à vinda de pesquisadores e docentes estrangeiros para a colaboração científica ampliará as parcerias para elaboração conjunta de projetos de pesquisa com instituições e/ou pesquisadores estrangeiros.

 Todas as ações de pesquisa desenvolvidas na UFAL são registradas e institucionalizadas, no âmbito da PROPEP, através da sua inclusão do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Os grupos existentes na UFAL e suas linhas de pesquisa podem ser consultados, sempre de forma atualizada, no link [HTTP://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/](http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/).

 É imprescindível a existência de uma política de utilização e manutenção de equipamentos multiusuários de pesquisa adquiridos via projetos institucionais. Para tal, deve-se ampliar a divulgação da lista dos equipamentos adquiridos em projetos institucionais e o estabelecimento de regras e critérios de sua utilização. Além disso, serão criados programas de manutenção de equipamentos multiusuários de uso institucional.

Dado o caráter pluri e multidisciplinar que lhe é inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No âmbito do curso incentiva-se a participação dos discentes nos grupos de pesquisa da FEAC, com ênfase na produção de artigos científicos.

**2.7 - A RESPONSABILIDADE SOCIAL**

A Universidade Federal de Alagoas não se considera proprietária de um saber pronto e acabado que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, ao participar dessa sociedade, é sensível aos seus saberes, problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas próprias atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Atenta aos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes em Alagoas, no Nordeste e no Brasil, a ação cidadã da UFAL não pode prescindir da efetiva difusão do conhecimento nela produzidos. Portanto, as populações, cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica são, também, consideradas sujeito desse conhecimento, o que lhes assegura pleno direito de acesso às informações e produtos então resultantes.

Neste sentido, a prestação de serviços é considerada produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, da pesquisa e extensão, devendo ser a realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social.

O curso atua em relação à responsabilidade social com a implantação de disciplinas que, no seu bojo, interagem com a sociedade visando atender os anseios sociais.

**2.8 - ACESSIBILIDADE**

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração.

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades.

Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 ida Lei 12.764/2012, que afirma: *“Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.*

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os *“PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”*.

Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos portadores de deficiência auditiva, visual, visual e auditiva e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Neste sentido o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

 O curso para o cumprimento da política de acessibilidade, seguindo as diretrizes estabelecidas para o atendimento aos portadores de necessidade especiais, está atento a existência de alunos com necessidades especiais no ensino EAD, endossando o compromisso assumido pela UFAL em prestar-lhes atendimento especializado, e cuidando para que as diretrizes exigidas sejam cumpridas, e se empenhando para promover uma maior e melhor acessibilidade desses alunos nas dimensões pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação

**2.9 - INCLUSÃO**

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – COSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas/cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinqüenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinqüenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A meta da UFAL é destinar até o ano de 2016 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas.

O curso segue o que preconiza o regimento da Ufal.

**2.10- OBJETIVOS DO CURSO**

 **2.10.1 - Objetivo Geral**

Propiciar formação humanística e crítica de profissionais e pesquisadores, tornando-os aptos a atuar como políticos, administradores ou gestores públicos na administração pública estatal ou não estatal, e analistas e formuladores de políticas pública tendo em vista a transformação e o desenvolvimento da sociedade e do país.

‘

**2.10.2 - Objetivos Específicos**

Os objetivos específicos do curso são:

I - Oportunizar a conscientização do estudante para agir dentro de princípios éticos, morais, legais e cívicos, promovendo o ser humano como força de trabalho e capital intelectual.

 II - Propiciar formação integral do egresso de tal forma a permitir-lhe pesquisar, estudar, analisar, interpretar, planejar, implantar, coordenar e controlar ações no campo da administração, fazendo vigorar a legislação profissional e normas éticas a que está sujeita a gestão.

 III - Formar profissionais capazes de ampliar os níveis de competitividade organizacional frente ao dinamismo das transformações no âmbito interno e externo às organizações.

 IV - Capacitar o estudante para enfrentar os desafios e as peculiaridades locais e regionais e do próprio mercado de trabalho, considerando a função social que deve exercer, por meio de formação sólida que lhe dê um embasamento de cultura geral, complementado pela visão holística em sua dimensão humanística e técnica.

 V - Preparar o estudante para atuar como gestor, envolvendo-se com decisões, estratégias e adversidades, buscando estabelecer vantagens competitivas no mercado globalizado, frente às mudanças impostas pelo ambiente.

 VI - Preparar lideranças para a administração pública, gerar novos empreendedores e capacitar mão-de-obra já inserida no mercado para atuação na gestão pública.

VII - Despertar no estudante o interesse de capacitar-se como gestor público empreendedor, gerente e técnico preparado para enfrentar as mais diferentes situações de mercado e de necessidades da sociedade, com liderança, iniciativa e criatividade para interferir na realidade, antecipando-se aos fatos ou adequando-se às novas tendências.

**2.11 - COMPETÊNCIAS E HABILIDADES**

As definições das competências e habilidades estão contidas nas Diretrizes Curriculares do Curso e orientaram a escolha das temáticas a serem desenvolvidas, competências essa que deverão ser adquiridas pelos alunos ao final do curso:

I – reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos às organizações e às políticas públicas;

II – apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;

III – desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do *ethos* republicano e democrático, indispensável à sua atuação;

IV – estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;

V – expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;

VI - ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças;

VII - desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com valores e formulações matemáticas presentes nas relações formais e causais entre fenômenos produtivos, administrativos e de controle em diferentes contextos organizacionais e sociais;

**2.12 - PERFIL DO EGRESSO**

O curso de Administração da UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL - está organizado visando a formação de profissionais com perfil aderente àquele demandado pelas organizações públicas contemporâneas, permitindo, por meio de disciplinas obrigatórias, da linha de formação específica, dos seminários temáticos, do estágio supervisionado e do Trabalho de Conclusão de Curso, a formação de competências que preparem o egresso às contingências da gestão pública.

As organizações públicas modernas buscam o administrador generalista, integral e integrado, notadamente um agente de mudanças, que gere novos conhecimentos e caminhos para o aprimoramento e o desenvolvimento socioeconômico, político, técnico e cultural. Em outras palavras, um profissional autodidata, detentor de amplo portfólio de conhecimento, consciente da contínua necessidade de aprofundamento do conhecimento da Administração Pública e atualização das interfaces entre esta e outras áreas relacionadas, especialmente as afins, sem perder de vista as descobertas daquelas correlatas, uma vez que qualquer que seja o objeto de trabalho, ele estará inserido no contexto integral de uma sociedade globalizada.

 Para atender às expectativas dessa sociedade emergente, o curso Bacharelado em Administração Pública procura formar profissionais de competência sólida e moderna, em condições plenas de atuação eficiente e eficaz, preocupados com a relevância social do produto de seus trabalhos, apresentando habilidades para pró-atividade e criatividade; raciocínio lógico, crítico e analítico; visão sistêmica e estratégica para negociações, tomada de decisão, liderança e trabalhos em equipe.

O egresso do curso de Administração Pública estará apto a:

I - atuar e desenvolver atividades específicas da gestão nas organizações públicas e participar da elaboração, do planejamento, da coordenação e do controle de políticas públicas;

 II - compreender de forma sistêmica o meio social, político, econômico e cultural onde está inserido e assim tomar decisões em um contexto diversificado e interdependente da área pública, promovendo o estreitamento das relações entre Governo e Sociedade Civil;

 III - empreender e promover transformações de forma interdisciplinar, compreendendo a necessidade do contínuo aperfeiçoamento profissional e do desenvolvimento da autoconfiança, participando da modernização e inovação das estruturas e funcionamento do Serviço Público;

IV - expressar-se e comunicar-se com clareza e assertividade;

 V - promover com determinação e vontade política e administrativa a educação continuada de servidores públicos;

 VI - liderar processos de mudança das desigualdades e de exclusão econômica e social;

 VII - adequar os recursos financeiros, físicos e tecnológicos visando o bem-estar coletivo e promover processos democráticos participativos no âmbito estatal que possibilite a iniciativa e o desenvolvimento pleno das pessoas;

 VIII - reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações nos processos organizacionais, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;

 IX - refletir e atuar criticamente sobre a esfera da produção de serviços públicos, compreendendo sua posição e função na estrutura produtiva sob seu controle e gerenciamento; e

X. elaborar, implementar e consolidar projetos, realizar consultoria e auditoria, elaborar pareceres e perícias administrativas em organizações públicas.

**2.13 - CAMPO DE ATUAÇÃO**

 As áreas de atuação para o exercício profissional dos egressos do curso, definidas em suas diretrizes curriculares, compreendem o campo multidisciplinar de investigação e atuação profissional voltada ao Estado, ao Governo, à Administração Pública e Políticas Públicas, à Gestão Pública, à Gestão Social e à Gestão de Políticas Públicas.

**3 - ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO PEDAGÓGICA**

**3.1. ESTRUTURA CURRÍCULAR**

A estrutura curricular do curso contempla conteúdos que revelam, em uma perspectiva histórica e contextualizada, compromisso com os valores públicos e o desenvolvimento nacional, assim como com a redução das desigualdades e o reconhecimento dos desafios derivados da diversidade regional e cultural, atendendo aos seguintes campos interligados de formação, conforme especificado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração Pública:

*I - Conteúdos de Formação Básica* – relacionados à característica multidisciplinar da área pública, articulando conteúdos de Administração, de Ciências Contábeis, de Ciência Política, de Economia, de Direito e de Sociologia; em estudos antropológicos, filosóficos, psicológicos, ético-profissionais, bem como os relacionados com as tecnologias da comunicação e da informação; dos conteúdos relacionados à capacidade de leitura, escrita, expressão e comunicação; e ainda, conteúdos, nas diferentes áreas disciplinares, à realidade histórica e contemporânea da sociedade e do Estado brasileiros, através das disciplinas: Introdução à Economia; Sociologia Organizacional; Economia Brasileira; Psicologia Organizacional; Filosofia e Ética; Ciência Política; Contabilidade Geral; Macroeconomia; Teorias da Administração I e II; Instituições de Direito Público e Privado; Legislação Tributária e Comercial; Políticas Públicas e Sociedade; .

*II - Conteúdos de Formação Profissional* – relacionados a governos e políticas públicas comparadas, conteúdos metodológicos, abrangendo estudos quantitativos e qualitativos, e conteúdos complementares ou especializados, oferecendo ao formando a opção de aprofundar-se por meio de estudos de caráter transversal e interdisciplinar, por meio das disciplinas: Organização, Processos e Tomada de Decisão; Elaboração e Gestão de Projetos; Negociação e Arbitragem; Orçamento Público; Auditoria e Controladoria; Contabilidade Pública; Direito Administrativo; Administração Estratégica; Teorias da Administração Pública; Teoria das Finanças Públicas; Planejamento e Programação na Administração Pública; Gestão de Pessoas no Setor Público; Gestão de Operações e Logística I e II; Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público; Tecnologia e Inovação; Gestão da Regulação; Relações Internacionais; Gestão Ambiental e Sustentabilidade; Matemática para Administradores, Estatística Aplicada à Administração, Matemática Financeira e Analise de Investimentos, Seminários temáticos, Metodologia de Estudo e de Pesquisa em Administração, Seminário Integrador, Seminário Temático I, II e III e Seminário Temático I, II, III e IV das Linhas de Formação I, II e III.

   As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas em oito Módulos e são de natureza obrigatória.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

**Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **COMPONENTES CURRICULARES** | **Carga horária****(HORA AULA)** | **Teoria** | **Prática** | **%** |
| **Disciplinas Obrigatórias** | **2.370** | **2370** | **-** | **79,00** |
| **Disciplinas Eletivas** | **150** | **150** | **-** | **5,00** |
| **TCC** | **60**  | **60** | **-** | **2,00** |
| **Estágio Supervisionado** | **300** | **-** | **300** | **10,00** |
| **Atividades Complementares** | **120** | **120** | **-** | **4,00** |
| **Carga Horária Total do Curso** | **3000** | **2700** | **300** | **100,00** |

Na estrutura curricular do curso, no grupo de disciplinas obrigatórias, estão os **Seminários Temáticos** que servem para a formação integral do profissional da Administração Pública.

Foram pensados como um dos elementos centrais do processo de aprendizagem do estudante, servindo de elemento motivador para o desenvolvimento de processos de pesquisa sobre e no cotidiano das práticas de administração.

Em cada módulo do curso está prevista a realização de um Seminário Temático. O estudante realizará pesquisa sobre determinado fato, relacionado com a realidade em que está inserido e envolvendo o campo da Administração Pública. Os resultados desse estudo serão apresentados durante os encontros presenciais.

No Módulo 1, o Seminário Temático possui uma característica específica de promover a inserção e a integração do estudante com o curso na modalidade a distância, sendo nominado como Seminário Integrador.

A partir do Módulo 2 os Seminários Temáticos possibilitam a aplicação dos conteúdos estudados, oportunizando vivências na administração das organizações públicas e revelando caráter sistêmico do comportamento organizacional. Os Seminários Temáticos dos Módulos 5, 6, 7 e 8 constituem as Linhas de Formação Específica I, II e III, das quais uma deverá ser escolhida pelo estudante para complementar sua formação.

Nos Módulos 2, 3 e 4 o estudante realizará pesquisa e um diagnóstico sobre o campo da LFE I (Seminário Temático I), da LFE II (Seminário Temático II) e da LFE III (Seminário Temático III), o que possibilitará a compreensão macro da Linha de formação a ser escolhida. No Módulo V, o estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

Os Seminários Temáticos serão sempre precedidos de planejamento específico, podendo incluir modalidades diversas de trabalho: grupos de trabalho, oficinas, conferências, palestras, etc. devendo ser acompanhados pelo alunado, tutores, professores e aberto ao público interessado em geral.

As disciplinas Eletivas integram um dos Conteúdos de Formação Profissional descritos acima, de acordo com as respectivas ementas.

Trabalho de Conclusão de Curso – Com carga horária de 60 (sessenta) horas, consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos 5, 6, 7 e 8, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico.

O Estágio Curricular Supervisionado, é obrigatório e totaliza 300 horas, é efetivado em etapas semestrais através dos projetos de estudos de campo (pesquisa, observação e/ou intervenção) em comunidades ou organizações, durante os Módulos 5, 6, 7 e 8, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, II e IV das LFEs.

Além das atividades supracitadas, o curso oferece como forma de avaliar e complementar conhecimentos, aos alunos recém ingressos, disciplina de nivelamento em Matemática Básica.

Como mecanismo para familiarizar o aluno com a modalidade à distância, a cada nova entrada, é disponibilizado um tutor presencial para ensinar o manuseio da plataforma virtual e a forma de avaliação do processo à distância, sem prejuízo das orientações e acompanhamento durante todo o curso.

O curso, em sua matriz curricular, contempla a flexibilidade, a relação teoria e prática, a interdisciplinaridade, a transversalidade e a internacionalização da seguinte forma:

A flexibilidade está representada em suas disciplinas eletivas, que são obrigatórias e integram o conteúdo profissional do curso.

A relação teoria e prática está presente na distribuição da carga horária conforme previsto no quadro acima.

A interdisciplinaridade também está presente nas atividades previstas do seminário integrador e seminários temáticos.

O curso oferece como disciplina eletiva, Introdução à Língua Inglesa, atendendo ao quesito internacionalização.

Quanto à transversalidade, as temáticas Educação Ambiental, Relações Étnicas, Educação em Direitos Humanos e Libras, dialogam no curso da seguinte forma:

**I – EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

O Decreto n. 4.281, de 25 de junho de 2002, regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. A Resolução CNE/CP nº 02/2012 define formas de sua implementação nos currículos dos cursos superiores.

 A temática ambiental é tratada diretamente em nosso curso na matéria “Gestão Ambiental e Sustentabilidade”, obrigatória no oitavo período. Alem disso, indiretamente nas matérias “Filosofia e Ética, obrigatória no primeiro período, e “Administração Estratégica”, obrigatória no sétimo período.

**II - RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS E HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA, AFRICANA E INDÍGENA**

 Em atenção á Lei 10.639/2003, à Lei 11.645/2008 e da Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004 que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, os PPC da UFAL vem tratando a temática de forma transversal.

O estudo da temática das relações étnico raciais e história e cultura afro-brasileira e indígena é visto no curso de forma transversal nas disciplinas Filosofia e Ética, Sociologia Organizacional, Instituições de Direito, atendendo o disposto na Lei 9.795, de 27 de abril de 1999 e o Decreto nº4.281, de 25 de junho de 2002.

**III - EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS**

 A Educação em Direitos Humanos na UFAL adéqua-se à Resolução CNE/CP n. 01/2012. Sua inserção nos PPC dos cursos deve ocorrer pela transversalidade, por meio de temas relacionados aos Direitos Humanos e tratados interdisciplinarmente, como um conteúdo específico de uma das disciplinas já existentes no currículo escolar de maneira mista, ou seja, combinando transversalidade e disciplinaridade.

 O curso oferece a disciplina Educação em Diretos Humanos de forma eletiva atendendo o disposto na referida Resolução que estabelece as diretrizes nacionais para a educação em direitos humanos.

**IV - LIBRAS**

 De acordo com o Art. 3º do Decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005 - Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para os cursos de bacharelado de graduação a disciplina deve constar como conteúdo complementar, é como consta em nosso curso.

**3.2 - CONTEÚDOS CURRÍCULARES**

As disciplinas que integram a matriz curricular estão distribuídas da seguinte forma:

 **I - Obrigatória** – que garantem o perfil desejado para o egresso, totalizando 2370 horas, divididas em Conteúdos de Formação Básica com 840 horas e Conteúdos de Formação Profissional com 1530 horas

 **II - Eletivas Obrigatórias** – São 150 horas relativas às disciplinas eletivas.

A distribuição da carga horária para integralização do currículo do Curso de Administração Pública está representada abaixo:

**Matriz Curricular - Curso Bacharelado em Administração Pública**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **Disciplina** | **Nº CR** | **C.H.** | **Conteúdo** | **Natureza** |
| 01 | Administração Estratégica | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 02 | Auditoria e Controladoria | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 03 | Ciência Política | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 04 | Contabilidade Geral | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 05 | Contabilidade Pública | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 06 | Direito Administrativo | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 07 | Economia Brasileira | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 08 | Elaboração e Gestão de Projetos | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 09 | Eletiva I | 2 | 30 | FP | Eletiva Obrigatória  |
| 10 | Eletiva II | 4 | 60 | FP | Eletiva Obrigatória  |
| 11 | Eletiva III | 4 | 60 | FP | Eletiva Obrigatória |
| 12 | Estatística Aplicada à Administração | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 13 | Filosofia e Ética | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 14 | Gestão Ambiental e Sustentabilidade | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 15 | Gestão da Regulação | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 16 | Gestão de Operações e Logística I | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 17 | Gestão de Operações e Logística II | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 18 | Gestão de Pessoas no Setor Público | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 19 | Instituições de Direito Público e Privado | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 20 | Introdução à Economia | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 21 | Legislação Tributária e Comercial | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 22 | Macroeconomia | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 23 | Matemática Financeira e Análise de Investimentos | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 24 | Matemática para Administradores | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 25 | Metodologia de Estudo e Pesquisa em Administração | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 26 | Negociação e Arbitragem | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 27 | Orçamento Público | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 28 | Planejamento e Planejamento na Administração Pública | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 29 | Políticas Públicas e Sociedade | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 30 | Organização, Processos e Tomada de Decisão | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 31 | Psicologia Organizacional | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 32 | Relações Internacionais | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 33 | Seminário Integrador | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 34 | Seminário Temático I | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 35 | Seminário Temático II | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 36 | Seminário Tematico III | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 37 | Seminário Temático I na LFE I, II ou III | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 38 | Seminário Temático II na LFE I, II ou III | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 39 | Seminário Temático III na LFE I, II ou III | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 40 | Seminário Temático IV na LFE II e III | 2 | 30 | FP | Obrigatória |
| 41 | Sistemas de Informação e Comunicação no Setor Público | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 42 | Sociologia Organizacional | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 43 | Tecnologia e Inovação | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 44 | Teoria das Finanças Pública | 4 | 60 | FP | Obrigatória |
| 45 | Teorias da Administração I | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 46 | Teorias da Administração II | 4 | 60 | FB | Obrigatória |
| 47 | Teorias da Administração Pública | 4 | 60 | FP | Obrigatória |

FB Conteúdos de Formação Básica

FP Conteúdos de Formação Profissional

As disciplinas eletivas são ofertadas a partir do 6º Módulo, são obrigatórias e seus conteúdos remetem a temas emergentes e/ou possibilitam adequar a formação do gestor público à demanda regional ou dos municípios.

**Quadro Resumo de Distribuição de Carga Horária**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Conteúdos** | **Créditos** | **Carga horária** | **%** |
| **Disciplinas Obrigatórias** | **168** | **2.520** | **84** |
|  **- Conteúdos de Formação Básica (FB)** | **56** | **840** | **28** |
|  **- Conteúdos de Formação Profissional (FP)** | **112** | **1680** | **56** |
| **Trabalho de Conclusão do Curso – TCC** | **04** | **60** | **02** |
| **Estágio Supervisionado** | **20** | **300** | **10** |
| **Atividades Complementares** | **08** | **120** | **4** |
| **Carga Horária Total do Curso** | **200** | **3.000** | **100** |

**3.3 - DIRETRIZES METODOLÓGICAS PARA FORMAÇÃO DO CURSO**

A proposta metodológica adotada no curso considera as seguintes diretrizes:

 I - Nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes que hoje são reconhecidos como essenciais às sociedades do Século XXI: os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes; o desenvolvimento das aptidões sociais ligadas ao convívio ético e responsável;

 II - Promover permanente instrumentalização dos recursos humanos envolvidos no domínio dos códigos de informação e comunicação, bem como suas respectivas tecnologias, além de estimular o desenvolvimento do pensamento autônomo, da curiosidade e da criatividade;

 III - Selecionar temas e conteúdos que reflitam, prioritariamente, os contextos das realidades vividas pelos estudantes, nos diferentes espaços de trabalho e também nas esferas local e regional;

IV - Adotar um enfoque pluralista no tratamento dos temas e conteúdos, recusando posicionamentos unilaterais, normativos ou doutrinários; e

 V- Nortear as atividades avaliativas da aprendizagem, segundo uma concepção que resgate e revalorize a avaliação enquanto informação e tomada de consciência de problemas e dificuldades, com o objetivo de resolvê-los.

VI - Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas, baseadas nos aspectos:

* técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe; e
* ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

**3.4 - DIMENSÕES DE FORMAÇÃO**

A formação e o perfil do administrador público serão expressos através de duas dimensões:

 I - e**pistemológica**: que diz respeito à escolha e aos recortes teórico-metodológicos das áreas e disciplinas ligadas ao currículo da Administração Pública; e

 II - **profissionalizante**: que, implicando a primeira, diz respeito aos suportes teórico-práticos que possibilitam uma compreensão do fazer do administrador público e a construção de competências para atuação em todas as suas relações sociopolíticas, culturais e nas perspectivas da moral e da ética.

**3.5 - ASPECTOS DO CURSO**

A oferta do curso acompanha o semestre letivo da UFAL. Todas as matérias são oferecidas concomitantemente. Seguindo o regimento da UFAL, todas as notas são formadas por pelo menos 2 instrumentos de avaliação, sendo geralmente uma atividade presencial e duas atividades à distância para cada trimestre. As metodologias de ensino, para além das possibilidades da plataforma, são diversas: estudo em grupo, estudos dirigidos, debates, seminários, pesquisas, análises de livros didáticos/paradidáticos de história, análise de filmes/documentários, produção de materiais didáticos em diferentes linguagens, realização de exposições, visitas técnicas, oficinas, jogos pedagógicos, promoção de projetos de extensão, realização de atividades culturais, produção de diários de campo, relatórios e demais gêneros textuais acadêmicos, participação em eventos científico-culturais entre outras atividades.

A concepção do Curso de Bacharelado em Administração Pública está voltada para a formação de egressos capazes de atuarem de forma eficiente e eficaz no contexto da gestão pública, à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos e desenvolvimento das organizações governamentais e não governamentais, de forma a possibilitá-las atender às necessidades e ao desenvolvimento da sociedade.

Para tal, o curso contempla sólida formação nas teorias administrativas e enfatiza o desenvolvimento de competências necessárias ao bom desempenho profissional do gestor público, além de formação generalista, permitindo definir um perfil de administrador moderno, capacitado a planejar, organizar, dirigir e controlar a ação e as políticas públicas nas diversas esferas de poder e de governo.

Buscando oportunizar a formação de profissionais para atuarem como gestores em áreas específicas da administração pública, o curso oferece três Linhas de Formação Específica (LFE), ampliando competências e agregando ao egresso habilidades para o exercício da gestão pública na área por ele escolhida.

Acenando para a educação continuada, por meio de um elo entre graduação e pós-graduação, serão ofertadas a critério de cada (IPES) três LFEs, sendo indicadas inicialmente as seguintes linhas:

* Linha de formação em Gestão Pública da Saúde;
* Linha de formação em Gestão Municipal;
* Linha de formação em Gestão Governamental.

O projeto pedagógico do curso procura valorizar a formação de atitudes de reflexão, de busca de inovações, de prospecção e criação de caminhos próprios que possam suprir as necessidades da gestão pública e permitir a atuação nos processos operacionais e decisórios sob a égide do conhecimento, da ética, da cidadania e da humanidade.

O desenvolvimento dos aspectos estruturais do curso de Administração Pública, sua vocação e organização caracterizam-se pelos seguintes elementos compositivos:

 **3.5.1 - TRANSVERSALIDADE** – Os conteúdos sempre que vinculados a outras disciplinas, serão estudados de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos autores dos textos didáticos e aos estudantes a construção holística de determinado tema.

 **3.5.2 - ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS AO ENSINO** – envolvendo discentes em práticas de pesquisa e extensão, com o objetivo de despertar nestes, atitudes de investigação, de reflexão, de análise crítica e de prospecção de soluções inovadoras, além de propiciar vivências administrativas inseridas nos setores produtivos e de serviços. Dentre as atividades Acadêmicas Articuladas ao Ensino encontram-se os seminários temáticos, que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas, articulando atividades acadêmicas com as necessidades do Estado e da sociedade, como também a realização do Estágio Supervisionado, inserindo o discente em atividades reais de administração pública, aprimorando assim a sua formação profissional.

 **3.5.3 - ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO**

Com referência ao **Estágio Curricular Supervisionado,** a Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”. A Resolução 71/2006 do CONSUNI trata sobre a questão do estágio na UFAL.

O estágio curricular supervisionado, é obrigatório e totaliza 300 horas, é efetivado em etapas semestrais através dos projetos de estudos de campo (pesquisa, observação e/ou intervenção) em comunidades ou organizações, durante os Módulos 5, 6, 7 e 8, por meio das pesquisas e práticas profissionais integradas aos Seminários Temáticos I, II, III e IV das LFEs.. Tais estudos serão conduzidos por temáticas específicas, propostas pela disciplina de Seminário Temático. O acompanhamento das atividades será feito por intermédio do professore do semestre e supervisionado pelos tutores. A certificação do mesmo será efetivada pela Coordenação do Curso ao fim dos 4 semestres.

O estágio supervisionado não-obrigatório acontecerá por convênios estabelecidos entre as organizações ofertantes e a universidade. Será acompanhado por professor supervisor designado pela coordenação do curso. A efetivação dependerá da avaliação de relatório final assinado pela empresa e pelo professor orientador.

Assim, Pesquisa e Estágio caminham juntos, propiciando trocas de práticas e saberes, fazendo pontes entre a prática e teoria, entre o mundo acadêmico e o campo profissional, entre o vivido no mundo do trabalho e o olhar crítico sobre ele.

 **3.5.4 - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO - TCC**

Trabalho de Conclusão de Curso – Com carga horária de 60 (sessenta) horas, consiste na elaboração de uma monografia desenvolvida pelo acadêmico, ao longo dos Seminários Temáticos distribuídos nos Módulos 5, 6, 7 e 8, com foco nos conteúdos de gestão pública estudados no curso e aplicados à área da Linha de Formação Específica escolhida pelo acadêmico. No TCC, o estudante deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia. Os TCCs aprovados integrarão o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo dos acadêmicos. A defesa do trabalho será continuada, a cada semestre, integrando atividades dos Seminários Temáticos nos encontros presenciais e será assistida por estudantes do curso, disseminando assim as pesquisas desenvolvidas e a visão holística das organizações.

O Trabalho de Conclusão de Curso é regulamentado pela Resolução nº 4, de 2 de fevereiro de 2006, no Art. 10, e por regimento específico do curso, em anexo. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa. A Resolução nº 25/2005 do CEPE, de 26 de outubro de 2005, no Art. 18, reza o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é componente curricular obrigatório em todos os Projetos Pedagógicos dos Cursos da UFAL.

Em nosso caso, regimento específico do curso regula o TCC. Ele é realizado no contexto e na seqüência das matérias de seminário temático nas Linhas de formação escolhidas, a partir do quinto período. A idéia é que desde esse momento o aluno esteja pensando e planejando o TCC, no início conhecendo o campo de intervenção e/ou pesquisa, e realizando plano e relatório de estágio. A partir desses documentos, o sétimo e o oitavo período são específicos para a preparação do projeto e do próprio Trabalho de conclusão de curso. Em todos os semestres, os alunos têm acompanhamento de professores na matéria Seminário, em suas linhas de formação escolhidas. A partir do sétimo, eles são encaminhados para orientadores específicos, mas continuam estreitamente associados à matéria, já que as notas das matérias estão associadas aos produtos de estágio e TCC. As defesas de TCC são sempre públicas, realizadas duas vezes por ano, concomitantemente em todos os polos, e julgados por uma banca de três integrantes, professores e tutores do curso.

**3.5.5 - ATIVIDADES COMPLEMENTARES**

As atividades complementares têm uma carga horária de 120 (cento e vinte) horas e têm como objetivo complementar a educação do estudante tanto profissionalmente quanto no aspecto de cidadania e devem estar relacionadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão, é componente obrigatório da integralização curricular.

Nas atividades relacionadas ao ensino busca-se, especialmente, compreensão do currículo como a totalidade de experiências formativas, no qual o educando é sujeito do seu processo de conhecimento, sendo estimulado a desenvolver elevados graus de autonomia intelectual, política e cultural. Busca-se também, a oferta de sólida formação teórico-prática, referenciada na qualidade acadêmica e no compromisso social de construção de valores de ética e cidadania.

 A pesquisa tem como objetivos produzir, criticar e difundir conhecimentos culturais, artísticos, científicos e tecnológicos, de forma articulada com o ensino e a extensão, comprometendo-se com os interesses coletivos da sociedade e em particular, com os interesses da Região Nordeste e do Estado de Alagoas.

De acordo com o estatuto da UFAL, a extensão é o processo de relações diretas e recíprocas com a sociedade, que deve ser desenvolvida de forma indissociável com o ensino e a pesquisa, observando: I) objetivos de promoção de conhecimento, democratização do acesso ao saber, elevação do nível cultural da população e intervenção solidária junto à comunidade para a transformação social, inclusive a relação respeitosa entre conhecimento popular e conhecimento científico e filosófico; II) respeito à liberdade científica, artística e cultural da comunidade universitária e os direitos da cidadania e autonomia da comunidade externa; III) os compromissos sociais éticos e políticos com os interesses coletivos da sociedade e com os valores da cidadania, particularmente com os da Região Nordeste e do Estado de Alagoas.

A oferta deverá ser dinâmica e sempre objetivando proporcionar ao discente o maior número possível de atividades, como as descritas abaixo. A carga horária não poderá ser preenchida com um único tipo de atividade, conforme determinado pela Resolução nº 113/95 do Conselho de Pesquisa e Ensino da UFAL. As Atividades Complementares ficam assim definidas:

|  |  |
| --- | --- |
| **Atividade Complementar** | **Carga Horária Máxima** |
| Estágio supervisionado não obrigatório consiste numa atividade de preparação para o trabalho, comprovada mediante a entrega de cópia do Relatório de Atividades do Estágio realizado em uma entidade pública ou privada, devendo ter duração mínima de três meses e carga horária semanal mínima de vinte horas. | 60 |
| Visitas Técnicas e viagens de estudo; para comprovação elaborar um relatório, de no mínimo 30 linhas, destacando as principais observações e reflexões do aluno referente a unidade da Administração Pública visitada uma para cada visita técnica ou viagem de estudo; será atribuída uma carga horária de quatro horas por visita ou viagem; | 20 |
| Participação em palestras, jornadas, mesas redondas, seminários, conferências, painéis, simpósios, congressos, convenções, fóruns, debates, encontros, minicursos e outros ligados à administração pública; deverá ser apresentado o certificado do evento | 60 |
| Elaboração e publicação de trabalhos científicos; apresentar o comprovante de publicação; cada publicação pontuará 30 horas; | 60 |
| Cursos de capacitação na área da Administração Pública; presencial ou à distância, ministrado por entidades de competência reconhecida e certificada na área, pública ou privada e relacionado com algum tema da Administração Publica; apresentar o certificado; cada curso máximo de 30 horas; | 60 |
| Participação como docente ou palestrante de cursos na área da Administração Pública; apresentar cópia do certificado da realização da atividade; | 30 |
| Participação em projeto de pesquisa na área de Administração Pública; apresentar uma declaração do coordenador do projeto atestando a participação; | 20 |
| Apresentação de trabalhos em eventos na área de Administração Pública; apresentar cópia de declaração ou certificado da organização do evento; cada apresentação validará quatro horas; | 20 |
| Organização de eventos acadêmicos na área de Administração Pública; apresentar cópia de declaração ou certificado da organização do evento; cada apresentação validará quatro horas; | 20 |
| Atividades voluntárias desenvolvidas em organização pública, privada ou não governamental; envolvem a participação em ações sociais; para validação o aluno deverá apresentar declaração emitida pelo representante da empresa beneficiada atestando a participação; para cada atividade o aluno validará cinco horas; | 30 |
| Monitoria; é a participação do aluno, com o auxílio de um professor orientador, de atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinado disciplina, já por ele cursada; ára cada monitoria validará quinze horas; | 30 |
| Cursos em língua estrangeira ou informática; deverão ser oferecidos por instituições de reconhecida notoriedade; apresentar cópia do certificado ou declaração atestando a realização integral do curso e aprovação; para informática, para efeito de validação, será observado o limite de 20 horas; para língua estrangeira, para efeito de validação, cada 20 horas equivale a uma hora dessa atividade; | 30 |
| Participação em núcleo de estudo e de pesquisas vinculados à área de Administração Pública; apresentar uma declaração do professor responsável pelo grupo de pesquisa atestando a sua participação; para cada período de seis meses o aluno validará dez horas; | 30 |
| Disciplinas de outros cursos da UFAL; a disciplina deverá ter aderência à formação do administrador público; apresentar cópia do histórico escolar carimbado e cópia do plano de ensino da disciplina cursada que deseja validar contendo as notas atribuidas, ambas assinadas pelo coordenador do Curso emitente; validará até 60 horas por disciplina; | 120 |
| Exercício da atividade pública; envolve o relato de experiências e aprendizado do aluno em atividades gerenciais e/ou operacionais no serviço público; para efeito de validação trinta horas por semestre podendo acumular até sessenta horas. | 60 |

A conversão da carga horária só será efetivada mediante apresentação de certificado ou declaração devidamente reconhecida.

 Representação gráfica de um perfil de formação

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **COMPONENTES CURRICULARES** | **Carga horária****(HORA AULA)** | **%** |
| **Disciplinas Obrigatórias** | **2.370** | **79,00** |
| **Disciplinas Eletivas** | **150** | **5,00** |
| **TCC** | **60**  | **2,00** |
| **Estágio Supervisionado** | **300** | **10,00** |
| **Atividades Complementares** | **120** | **4,00** |
| **Carga Horária Total do Curso** | **3000** | **100,00** |

\*Gráfico

**3.5.6 - DISCIPLINAS ELETIVAS**

São disciplinas ofertadas a partir do 6º Módulo, cujos conteúdos remetem a temas emergentes e/ou possibilitam adequar a formação do gestor público à demanda regional ou dos municípios.

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Nº** | **Disciplina** | **CH** | **Teoria** | **Prática** | **Total** |
| 01 | Redação Oficial | 60 | 30 | 30 | 60 |
| 02 | Informática para Administradores | 60 | 30 | 30 | 60 |
| 03 | Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS | 60 | 30 | 30 | 60 |
| 04 | Empreendedorismo governamental | 60 | 60 | - | 60 |
| 05 | Gestão da Qualidade no Setor Público | 30 | 30 | - | 30 |
| 06 | Gestão de Redes de Cooperação na Esfera Pública | 60 | 60 | - | 60 |
| 07 | Análise e Prospecção dos Problemas Nacionais | 30 | 30 | - | 30 |
| 08 | Licitação, Contratos e Convênios | 30 | 30 |  | 30 |
| 09 | Introdução à Língua Inglesa | 60 | 60 | - | 60 |
| 10 | Noções de Direitos Humanos | 60 | 60 | - | 60 |

A carga horária das disciplinas eletivas poderá ser de 30hs ou 60hs conforme a carga horária de atividades práticas e o período em que for ofertada.

**3.6 EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS E COMPLEMENTARES**

As ementas referentes aos módulos da estrutura curricular apresentada constituem-se de:

**MÓDULO 1**

**FILOSOFIA E ÉTICA – 60 horas – 4 créditos**

**Ementa:**

Conceito de filosofia: filosofia como doutrina e como ato de pensar. Filosofia e outras formas de conhecimento humano. Características gerais dos grandes períodos da história da filosofia. Conceito de ética. Ética como problema teórico e como problema prático. Ética e responsabilidade. Teorias morais. Ética e “ética profissional”. Ética e política.

Referências Básicas

ASSMANN, Selvino José Filosofia e Ética. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

CHAUI, Marilena. *Convite à filosofia*. São Paulo: Ática, 2010 (NB: Esta obra, além de ser boa em si, está disponível integralmente em *sites* da Internet).

COMTE-SPONVILLE, André. Apresentação da filosofia. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2002

GALLO, Silvio. Ética e cidadania: caminhos da filosofia 3. ed. Campinas: Papirus, 1998.

Referências Complementares

APEL, Karl-Otto. *Estudos de moral moderna*. Petrópolis: Vozes, 1994.

HADOT, Pierre. *O que é filosofia antiga*? São Paulo: Loyola, 2004

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. Filosofando: introdução à filosofia. 4. ed. rev. São Paulo: Moderna, c2009

VASQUEZ, Adolfo Sanchez. *Ética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2001.

**INTRODUÇÃO À ECONOMIA – 60 horas – 4 créditos**

Conceitos e princípios de economia. Evolução do Pensamento Econômico. Noções de Microeconomia: mercado e preços; demanda e oferta; teoria do consumidor; teoria da firma; estrutura de mercado e eficiência. Noções de Macroeconomia: determinação da renda e do produto nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário. O setor externo, câmbio e estrutura de balança de pagamento. Setor Público: funções econômicas; estrutura tributária e déficit público. Desenvolvimento Econômico, fontes de crescimento, financiamento e modelos.

**Referências Básicas**

MENDES, Carlos Magno...[et al.]. Introdução à economia - Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

MANKIW, N. Gregory. Introdução à Economia. 5. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

BLANCHARD, Olivier (Olivier J.). Macroeconomia. 5.ed. São Paulo: Pearson Education: Prentice-Hall, c2011

Referências Complementares

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de ((org.)). Manual de macroeconomia: nível básico e nível intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia* (Edição Compacta). Tradução de Allan Vidigal Hastings. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. São Paulo: Atlas, 2003.

ROSSETTI, José Paschoal. *Introdução à economia*. Livro de Exercícios. São Paulo: Atlas, 2003

FORGET, Jack; GRYMBERG, Guy. Financiamento e rentabilidade dos investimentos. Rio de Janeiro: Interciência, 1979.

**METODOLOGIA DE ESTUDO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

Métodos de estudo: orientação para a leitura, análise e interpretação de texto. Ciência, metodologia e pesquisa em administração. Tipos de pesquisa. O processo de pesquisa. Instrumentos e técnicas de coleta e análise de dados. Estrutura e organização de trabalhos científicos.

**Referências Básicas**

ZANELLA, Liane Carly Hermes, Metodologia de estudo e de pesquisa em administração; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. Métodos de pesquisa em administração. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry, *et al*. *Pesquisa social*: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

HAIR, Joseph F.; BABIN, Barry J; MONEY, Arthur H.; SAMOUEL, Phillip. Fundamentos de métodos de pesquisa em administração. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Referências Complementares

LUCKESI, Cipriano. Fazer universidade: uma proposta metodológica. 10. ed. São Paulo: Cortez, 1998. 2010. 2007

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). *Pesquisa social*: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2004;

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de pesquisa em administração. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

YIN, Robert K. *Estudo de caso*: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. *Métodos de pesquisa em administração*. São Paulo: Atlas,2006.

**PSICOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos**

Contribuições das teorias psicológicas para o campo do estudo das organizações. Impacto dos diversos modos de organização do trabalho na vida e saúde das pessoas. Temas da psicologia na interface com os estudos organizacionais: motivação, aprendizagem, percepção e grupos. Tensão e conflito. Processo de liderança.

**Referências Básicas**

CAMARGO, Denise de; Psicologia Organizacional – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicodinâmica da Vida Organizacional*. São Paulo: Atlas, 1997.

ZANELLI, José C.; BORGES, Jairo; BASTOS, Antonio V. *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil*. Porto Alegre: Artmed, 2004.

Referências Complementares

BERGAMINI, Cecília W.; CODA, Roberto. *Psicologia aplicada à administração de empresas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2005;

CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*: dimensões esquecidas. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 1996.

LANE, Silvia; CODO, Wanderley. *Psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2012;

SCHEIN, Edgard H. *Psicologia organizacional*. Rio de Janeiro: Guanabara Dois, 1982.

**TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO I – 60 horas – 4 créditos**

Introdução à Administração: mercado de trabalho; conceito de administração; o Administrador e seu papel na sociedade atual; formação e legislação profissional. As organizações: conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais. Composição Organizacional e Processo Administrativo. Novas tendências.

**Referências Básicas**

TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; MARQUES, Neiva de Araújo; Teorias da Administração I; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria geral da administração*: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed., São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Reinaldo O. da. *Teorias da administração*. São Paulo: Pioneira Thompson Learning, 2008.

ROBBINS, Stephen P; DECENZO, David A.. Fundamentos de administração: conceitos essenciais e aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: São Paulo: Person Prentice Hall, c2004.

Referências Complementares

BATEMAN, Thomas S; SNELL, Scott A. *Administração*: liderança e colaboração no mundo competitivo. São Paulo: McGraw-Hill, 2007.

CARAVANTES, Geraldo R. *et al*. *Administração*: teorias e processos. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

CHIAVENATO, Idalberto. *Princípios da administração*: o essencial em teoria geral da administração. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

\_\_\_\_\_\_. *Introdução à Teoria geral da administração*: uma visão abrangente da moderna administração das organizações. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

FARIA, José C. *Administração*: introdução ao estudo. 5. ed. São Paulo: Pioneira, 1999

STONER, James Arthur. F.; FREEMAN, R. Edward. *Administração*. 5. ed. Rio de Janeiro: Prentice Hall do Brasil, 1999.

**SEMINÁRIO INTEGRADOR – 30 horas – 2 créditos**

Será um espaço para a apresentação do curso, destaques do projeto pedagógico, uso da plataforma de ensino, apresentação do corpo docente, critérios de avaliação.

**MÓDULO 2**

**CIÊNCIA POLÍTICA – 60 horas – 4 créditos**

O pensamento político clássico: o conceito clássico e moderno da política. Estado e sociedade. Liberalismo e Socialismo. Democracia direta e representativa. Os atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; Planejamento e tomada de decisões. Decisões políticas, estratégicas, táticas e operacionais, análise política: estudo das categorias, conceitos e problemas básicos da ciência política, tais como: dominação, poder, conflito, autoridade e legitimidade. Política, participação e informação. Sistema político clássico e contemporâneo e sua influência em políticas empresariais. Destacando a importância de seu conhecimento para a Administração e relacionando-os com a realidade política brasileira atual.

**Referências Básicas**

COELHO, Ricardo Corrêa; Ciência política; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

BOBBIO, Noberto. *O futuro da democracia*: uma defesa das regras do Jogo. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987

DALLARI, Dalmo de Abreu. *O que é participação política*. São Paulo: Brasiliense, 1984;

WEFFORT, Francisco C. Formação do pensamento político brasileiro: idéias e personagens. São Paulo: Ática, c2006.

Referências Complementares

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita*. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

STRECK, Lenio Luiz; MORAIS, Jose Luis Bolzan de. Ciência política e teoria geral do Estado. 7.ed. Porto Alegre: Liv. dos Advogados, 2010.

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio ((trad.)). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia. São Paulo: Paz e Terra, 2011

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 1992.

**CONTABILIDADE GERAL – 60 horas – 4 créditos**

Elementos de Contabilidade: definições. Aplicação. Exigências legais e finalidades de Contabilidade. Organização das unidades econômicas. Fatos contábeis e econômicos. Método das Partidas Dobradas: registros e sistemas contábeis. Demonstrações contábeis. Apuração do resultado do exercício. Balanço patrimonial e demonstração de resultado do exercício. Aspectos fundamentais da teoria contábil. Análise das informações contábeis.

**Referências Básicas**

SILVA, César Augusto Tibúrcio Contabilidade geral / César Augusto Tibúrcio Silva. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, Cesar Augusto Tiburcio. Teoria da contabilidade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARTINS, Eliseu; KANITZ, Stephen. Contabilidade introdutória. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 335 p. ISBN 9788522458158 (broch.). Classificação: 657 C759 11.ed. Ac.46584.

HENDRIKSEN, Eldon S; BREDA, Michael F. Van. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade básica. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. Contabilidade empresarial. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PADOVEZE, Clovis Luis. Introdução à contabilidade: com abordagem para não-contadores. São Paulo: Pioneira, 2006.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – PRONUNCIAMENTOS. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/pronunciamentosIndex.php>. Acesso em: 27 mar. 2009.

**MACROECONOMIA – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos da análise macroeconômica; Problemas macroeconômicos; Modelos macroeconômicos; Contabilidade Nacional; Determinantes da demanda e oferta agregada; Moeda, juros e renda; Economia Aberta; Política econômica; O papel do governo; Inflação.

Referências Básicas

HEINECK, Luiz Fernando Mählmann; Macroeconomia; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

BLANCHARD, Olivier. *Macroeconomia*. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2007

MANKIW, N. Gregory. *Macroeconomia*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1995

STIGLITZ, Joseph E; WALSH, Carl E. Introdução a macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

Referências Complementares

SIMONSEN, Mario Henrique; CYSNE, Rubens Penha; Fundação Getulio Vargas. Macroeconomia. 3. ed. São Paulo: Atlas; Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2007.

CARVALHO, José L. *et al*. *Fundamentos de economia*: Macroeconomia. v. 1, São Paulo: Cengage Learnin, 2008

DORNBUSCH, Rudiger; FISCHER, Stanley. *Macroeconomia*. 5. ed. São Paulo: Makron, 1991.

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro:Campus, 1999.

KRUGMAN, Paul; WELLS, Robin. *Introdução à economia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

**MATEMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos**

Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites.

Continuidade. Derivadas. Aplicação do conteúdo estudado em problemas administrativos.

**Referências Básicas**

FREITAS, Maria Teresa Menezes. Matemática para administradores /. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

BOULOS, Paulo. *Cálculo diferencial e integral*. Vol. 1. São Paulo: Makron Books, 2006.

SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. *Matemática básica para decisões administrativas*. São Paulo: Atlas, 2007.

Referências Complementares

LARSON, Roland E.; HOSTETLER, Robert P.; EDWARDS, Bruce H. *Cálculo com aplicações*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

WHIPKEY, Kenneth L.; WHIPKEY Mary Nell. *Cálculo e suas múltiplas aplicações*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1982.

**TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO II – 60 horas – 4 créditos**

Escolas e Evolução do Pensamento Administrativo. Gestão por função e gestão por processos. Sistema administrativo e mudança organizacional.

Referências Básicas

JACOBSEN, Alessandra de Linhares; NETO, Luis Moretto Neto. Teorias da administração II Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2010.

SILVA, Claudio Eduardo Reis de Figueiredo e. Administração gerencial e a reforma administrativa no Brasil. Curitiba: Jurua, 2006.

ROBBINS, Stephen P. Comportamento organizacional. 11. ed. Pearson Education, 2005.

Referências Complementares

MOTTA, Fernando C. P.; VANCONCELLOS, Isabella F. G. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thonsom, 2004.

MATIAS-PEREIRA, José. Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. Manual de gestão pública contemporânea. São Paulo: Atlas, 2007.

MAUSS, Cézar Volnei; SOUZA, Marcos Antônio de. Gestão de custos aplicada ao setor público: modelo para mensuração e análçise da eficiência e eficácia governamental. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando C. Prestes. O que é burocracia. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO I – 30 horas – 2 créditos**

Neste seminário serão estudados os principais aspectos, significados, papéis e características da gestão pública.

**MÓDULO 3**

**CONTABILIDADE PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

Elementos de contabilidade geral. Contabilidade Pública: métodos e sistemas de escrituração. Receita e despesa pública. Contabilidade orçamentária, financeira e patrimonial. Demonstrações contábeis: balanços, variações patrimoniais, consolidação e prestação de contas. Lançamentos contábeis. Planificação contábil. Contabilização em empresas públicas. Campo de aplicação da contabilidade pública. Patrimônio público. Exercício financeiro. Aspectos fundamentais. Relatórios RREO e RGF.

Referências Básicas

HADDAD, Rosaura Conceição; MOTA Francisco Glauber Lima; Contabilidade pública; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

KOHAMA, Heilio. Contabilidade pública: teoria e prática. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2010..

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBO, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da administração financeira publica. 11. ed. rev. e ampl., atual. até nov. de 2009. São Paulo: Atlas, 2010

Referências Complementares

ANGELICO, João. *Contabilidade Pública*. São Paulo: Atlas, 1994.

GIACOMONI, James. *Orçamento Público.* São Paulo, Atlas, 2007.

SILVA, Lino Martins. *Contabilidade Governamental:* um enfoque administrativo. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Inaldo da Paixão Santos; ARRUDA, Daniel Gomes. Contabilidade pública: da teoria à prática. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2009

**ECONOMIA BRASILEIRA – 60 horas – 4 créditos**

Evolução histórica da economia brasileira no período republicano. A evolução recente da economia no Brasil: agricultura e indústria; comércio exterior; inflação; relações intersetoriais e regionais. Temas emergentes na economia brasileira e a atualidade: o problema da distribuição de renda e indicadores socioeconômicos; desemprego e informalidade; globalização, inserção periférica e acordos internacionais.

Referências Básicas

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda; CHADAREVIAN Pedro C. Economia Brasileira. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

LACERDA, Antonio Correia de; REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria (Orgs.). *Economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2004

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GREMAUD, Amaury Patrick; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Economia brasileira contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007

.Referências Complementares

ABREU, Marcelo de Paiva. *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica Republicana (1889-1989). 15. tiragem. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*. 4. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André (Orgs.). *Economia brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GREMAUD, Amaury Patrick; SAES, Flávio Azevedo Marques de; TONETO JÚNIOR, Rudinei. *Formação econômica do brasil*. São Paulo: Atlas, 1997.

WERNER, Baer. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 2008

**INSTITUIÇÕES DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO – 60 horas – 4 créditos**

Noções de Direito; Norma jurídica e outras normas sociais. Direito público e direito privado. Subdivisões. Fontes do direito. Conceito de Estado, sua origem e formação; Elementos de Estado: Estado de direito, Estado Social de Direito e Estado Democrático de Direito; Poder e funções do Estado; Formas de Estado, formas de Governo e sistemas de Governo. Conceito de Constituição; classificação e poder constituinte; Supremacia da Constituição e controle de constitucionalidade; As Constituições brasileiras. A constituição vigente. Organização do Estado Brasileiro: Forma de Estado, forma de Governo e sistema de Governo; Poder legislativo: função, organização, garantias; Poder Judiciário: funções, organização, garantias. Poder Executivo: funções, organização, atribuições e responsabilidade. Conceito de Administração pública; Princípios; Organização administrativa. Administração Direta e indireta; Servidores públicos. Direitos e Garantias Individuais; Direitos fundamentais do Homem.

Referências Básicas

OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA Tágory Figueiredo Martins. Instituições de direito público e privado. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2011.

LENZA, Pedro. *Direito Constitucional Esquematizado*. São Paulo: Saraiva, 2010

Referências Complementares

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. São Paulo: Atlas, 2010

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de Direito Administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2011;

BONAVIDES, Paulo. *Teoria Geral do Estado*. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 2005;

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*. São Paulo: Malheiros, 2010;

**SOCIOLOGIA ORGANIZACIONAL – 60 horas – 4 créditos**

A Sociologia e seu objeto de estudos. Conceitos básicos: relação social, estrutura e paradigmas de relacionamento, socialização e formação da cultura. Interação social: o indivíduo e a sociedade. Papel social, grupos e organização social. Organização formal e organização informal. Atitudes, valores e comportamento nas organizações. Cultura organizacional: tipologia, características e planejamento de mudanças.

Referências Básicas

SILVA, Golias. Sociologia organizacional. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

BERNARDES, Cyro; MARCONDES, Reynaldo C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2009;

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

**Referências Complementares**

**CHANLAT, Jean-François. *O indivíduo na organização*. São Paulo: Atlas, 1993;**

**HERSEY, Paul P.; BLANCHARD, Kenneth H. *Psicologia para administradores*: a teoria e as técnicas da liderança situacional. São Paulo: Editora Pegagógica Universitária, 1982;**

**LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de Andrade. *Sociologia geral*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.**

**LANER, Aline; CRUZ JUNIOR João Benajamim. *Repensando as organizações*. Florianópolis: Fundação José Boiteux, 2004**.

**STONER, James A. F. *Administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: McGraow-Hill do Brasil, 1982.**

**TEORIAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

O estado, o governo e a sociedade. Evolução da administração pública brasileira: patrimonialismo, burocracia e gerencialismo. Contexto contemporâneo da atuação do Estado. Governabilidade, governança e descentralização do poder. Estrutura e função da administração pública. Eficiência, eficácia e efetividade na administração pública.

Reformas administrativas e programas de desburocratização: DASP, Decreto-Lei nº 200/67; Constituição de 1988 e Emenda Constitucional nº 19/98. Considerações sobre o novo papel do Estado e da administração pública. A reforma de Estado e da administração pública: experiências inglesa, americana e brasileira. Representação e participação: gestão pública e privada. *Accountability* e *Responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados.

**Referências Básicas**

Referências Básicas

JUNQUILHO, Gelson Silva. Teorias da administração pública; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (Org.). *Reforma do estado e da administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um estado para a sociedade civil*: temas éticos e políticos da gestão democrática. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

Referências Complementares

BOBBIO, Norberto; NOGUEIRA, Marco Aurélio ((trad.)). Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política. 11. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2004.

JUNQUILHO, Gelson Silva. Gestão e ação gerencial nas organizações contemporâneas: para além do “folclore” e o “fato”. *Revista Gestão & Produção*, São Carlos, v. 8, n. 3, p. 304-318, Dez. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/gp/v8n3/v8n3a07.pdf>. Acesso em: 7 mar. 2009.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de Administração Pública*: foco nas instituições e ações governamentais. São Paulo: Atlas, 2008.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes. *O que é burocracia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1992

PAULA, Ana Paula Paes de. *Por uma nova gestão pública*: limites e possibilidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2010;

**SEMINÁRIO TEMÁTICO II – 30 horas – 2 créditos**

Neste seminário serão estudados os principais aspectos, significados, papéis e características da gestão municipal.

**MÓDULO 4**

**DIREITO ADMINISTRATIVO – 60 horas – 4 créditos**

Conceito. Campo de Aplicação. Objeto do Direito. Sujeito direito. Pessoas jurídicas e administrativas. Fontes do Direito Administrativo. Administração Pública. Autarquias. Sociedades de economia mista. Empresas públicas. Fundações. Função pública e bens públicos. Relação de Direito Administrativo. Regime Jurídico-Administrativo. Princípios Constitucionais do Direito Administrativo. Poderes Administrativos. Organização Administrativa. Órgãos Administrativos. Atos Administrativos. Noções Gerais sobre Procedimento Administrativo. Licitação. Contratos Administrativos. Domínio público. Intervenção na propriedade. Responsabilidade civil da administração pública. Crimes contra a administração pública.

Referências Básicas

OLIVO, Luiz Carlos Cancelier de. Direito administrativo; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo: Atlas, 2012

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2011.

Referências Complementares

LIMA, Rogério Medeiros Garcia de. O Direito administrativo e o poder judiciário. 2. ed.rev. atual. e ampliada. Belo Horizonte: Del Rey, 2002.

CRETELLA JÚNIOR, José. *Curso de direito administrativo*. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

COSTA, Nelson Nery. Processo administrativo e suas espécies. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

MEDAUAR, Odete. *Direito administrativo moderno*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 2004;

**ESTATÍSTICA APLICADA À ADMINISTRAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

Fases do método estatístico. Dados brutos e derivados. Medidas de tendência central, separatrizes, medidas de dispersão. Probabilidade. Distribuições discretas e contínuas. Amostras e populações. Testes de hipóteses.

**Referências Básicas**

TAVARES, Marcelo. Estatística aplicada à administração. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

BRUNI, Adriano Leal. *Estatística aplicada a gestão empresarial*. São Paulo. Editora Atlas, 2011.

MCCLAVE, James T.; BENSON, P. George; SINCICH, Terry. *Estatística para administração e economia*. Traduzido por Fabrício Pereira Soares e Fernando Sampaio Filho. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Referências Complementares

BUSSAB, Wilton de Oliveira; MORETTIN, Pedro Alberto. *Estatística básica*. São Paulo: Editora Atual, 2013,

COSTA NETO, Pedro L. de Oliveira. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2002. s

LARSON, Ron; FARBER, Bruce H. *Estatística aplicada*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

LEVINE, David. M.; BERENSON, Mark L.; STEPHAN, David. *Estatística*: teoria e aplicações (usando o Microsoft Excel em português). Rio de Janeiro: LTC editora, 2000.

PEDROSA, Antônio Carvalho; GAMA. Silvério M. A. *Introdução* *computacional à probabilidade e estatística*. Porto Editora, 2004.

**SISTEMAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos de sistemas, processos e informações; Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público e privado; Gestão de tecnologia da informação no setor público; Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação; Governo Eletrônico; Governança Tecnológica; Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.

Referências Básicas

ALBUQUERQUE, Jader Cristiano Magalhães; Sistemas de informação e comunicação no setor público; Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

GRAEML, Alexandre Reis. Sistemas de informação: o alinhamento da estratégia de TI com a estratégia corporativa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

BEUREN, Ilse Maria. Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

Referências Complementares

MCGEE, James; PRUSAK, Laurence. Gerenciamento estratégico da informação: aumente a competitividade e a eficiência de sua empresa utilizando a informação como uma ferramenta estratégica. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CASSARRO, Antonio Carlos. ***Sistema de informações para tomada de decisões***. São Paulo: Pioneira, 1988.

BARGER, Robert N. Ética na computação: uma abordagem baseada em casos Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2011.

O´BRIEN, James A. ***Sistemas de Informação e as decisões gerenciais na era da Internet***. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CAMPO, André. Sistema de segurança da informação: controlando riscos. 2. ed. Florianópolis, SC: Visual Books, 2007.

**TEORIA DAS FINANÇAS PÚBLICAS – 60 horas – 4 créditos**

Finanças públicas: teorias, conceitos, evolução. Finanças públicas no Brasil. Instituições financeiras brasileiras. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, déficits e dívida pública. Renúncia de receita. Política fiscal e distribuição de renda. O problema previdenciário no Brasil. Reforma tributária e federalismo fiscal.

Referências Básicas

SANSON, João Rogério; Teoria das finanças públicas. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. *Finanças Públicas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

PEREIRA, José Matias. Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à Economia*. São Paulo: Thompson Pioneira, 2005.

RIANI, Flávio. *Economia do Setor Público: Uma Abordagem Introdutória*. 5ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

SILVA, Fernando Antonio Rezende da. Finanças públicas. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

AFFONSO, Rui de Britto Alvares; SILVA, Pedro Luiz Barros. Reforma tributaria e federação. São Paulo; FUNDAP : UNESP, 1995

**ORGANIZAÇÃO, PROCESSOS E TOMADA DE DECISÃO – 60 horas – 4 créditos**

Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização.

Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão.

Instrumentos para a tomada de decisão.

Referências Básicas

PRÉVE, Altamiro Damian; MORITZ, Gilberto de Oliveira; PEREIRA Maurício Fernandes. Organização, processos e tomada de decisão. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2010.

ARAÚJO, Luis César G. de. Organização sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional : Luis Cesar G. de Araujo.. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

GOMES, Luiz Flávio Autran Monteiro; GOMES, Carlos Francisco Simões; ALMEIDA, Adiel Teixeira. *Tomada de decisão gerencial*: enfoque multicritério. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

ARAÚJO. *Organização, sistemas e métodos e as tecnologias de gestão organizacional*. Vol. I. São Paulo: Atlas, 2012;

\_\_\_\_\_\_. *Organização, sistemas e métodos*. Vol. II. São Paulo: Atlas, 2006.

MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. *Teoria geral da administração*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

CURY, Antonio. Organização e métodos: uma perspectiva comportamental. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1984.

RAMOS, Guerreiro Alberto. *A nova ciência das organizações*: uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, organização e métodos: uma abordagem gerencial. 19. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO III – 30 horas – 2 créditos**

Neste seminário serão estudados os principais aspectos, significados, papéis e características da gestão em saúde.

**MÓDULO 5**

**GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA I – 60 horas – 4 créditos**

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio.

Referências Básicas

ROSA, Rodrigo de Alvarenga. Gestão de operações e logística I. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

BALLOU, Ronald H.. *Logística Empresarial.* São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Petrônio Garcia; ALT, Paulo Renato Campos. *Administração de Materiais e Recursos Patrimoniais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

\_\_\_\_\_\_. *Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

Referências Complementares

FRANCISCHINI, Paulino, G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de Materiais e do Patrimônio*. São Paulo: Thomson/Pioneira, 2004.

KEEDI, Samir. *Transportes, Unitização e Seguros Internacionais de Carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais*: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.

VIANA, João, J. *Administração de Materiais*: um enfoque prático, São Paulo: Atlas, 1999.

**GESTÃO DE PESSOAS NO SETOR PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos**

Evolução da gestão de pessoas. Conceitos da gestão de pessoas. Processos de gestão de pessoas. Planejamento

estratégico de pessoas. Gestão de equipes, gestão por competências e gestão do conhecimento. Gestão de pessoas no setor público: teoria e prática. Admissão e dispensa de servidores públicos. Cargos e salários. Programas de incentivos e benefícios. Prêmios e recompensas. Desenvolvimento de pessoas. Políticas de desenvolvimento de servidores. Carreiras: estruturação de cargos e funções no setor público. Avaliação de desempenho individual. Sistemas de informações gerenciais na gestão de pessoas. Higiene e segurança no trabalho. Qualidade de vida no trabalho.

Gestão de pessoas no contexto da organização moderna. Tendências da área de gestão de pessoas no serviço público.

Referências Básicas

OLIVEIRA, José Arimatés de; MEDEIROS Maria da Penha Machado de. Gestão de pessoas no setor público. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011

LIMA, Paulo Daniel Barreto. *A excelência em Gestão Pública*. Rio de Janeiro: QualityMark, 2010;

LIMONGI-FRANÇA, Ana Cristina. *Práticas de recursos humanos – PRH*: conceitos, fundamentos e procedimentos. São Paulo: Atlas, 2011;

Referências Complementares

ARAÚJO, Luís Cesar G. *Gestão de pessoas*: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.

BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. *Administração de recursos humanos*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DEMO, Gisela. *Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações*: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.

SENGE, Peter M. *A quinta disciplina*: arte, teoria e prática da organização de aprendizagem. São Paulo: Best Seller, 2006.

ZARIFIAN, Philippe. *Objetivo competência*: por uma nova lógica. São Paulo: Atlas, 2001.

**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA E COMERCIAL – 60 horas – 4 créditos**

Envolve conceitos sobre Direito Empresarial e sua evolução. Pessoas Físicas e jurídicas.

Atos e fatos jurídicos. Empresário. Empresa. Estabelecimento Empresarial/Comercial.

Obrigações profissionais do Empresário/Comerciante. Sociedades Empresariais/Comerciais, sua constituição, modificação, extinção e liquidação. Contratos em geral.

Títulos de crédito. Noções de falência e Recuperação Judicial. Envolve conceitos de Direito Tributário, tais como, conhecimento sobre ramos do Direito Público, com ênfase no ramo do Direito Tributário. Estudo das normas constitucionais relativas ao sistema tributário nacional e das normas gerais de Direito Tributário. Estudo e discussão da legislação tributária federal, estadual e municipal.

**Referências Básicas**

RODRIGUES, Luiz Antônio Barroso. Direito e legislação tributária. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011

RAMOS, André Luiz Santa Cruz. *Curso de Direito Empresarial*. 2. ed. São Paulo: Jus Podium, 2009.

TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de Direito Financeiro e Tributário*. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2010.

Referências Complementares

MAMEDE, Gladston. Manual de direito empresarial. São Paulo: Atlas, 2005

CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. 23. ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

COELHO, Fábio Ulhoa. *Curso de direito comercial*. Vol. 2, 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. 29. ed. São Paulo: Malheiros, 2005;

RESTIFFE, Paulo Sérvio. *Manual do novo direito comercial*. São Paulo: Dialética, 2006.

**MATEMÁTICA FINANCEIRA E ANÁLISE DE INVESTIMENTO – 60 horas – 4 créditos**

Capitalização simples e composta. Descontos simples e compostos. Equivalência de fluxos de caixa em regimes de capitalização simples e composta. Anuidades ou rendas. Sistemas de amortização. Inflação e correção monetária. Fluxos de caixa e análise de investimentos. Critérios econômicos de avaliação de projetos: taxa interna de retorno, valor presente líquido e índice de lucratividade.

Referências Básicas

PUCCINI, Ernesto Coutinho. Matemática financeira e análise de investimentos. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática Financeira e suas aplicações*. São Paulo: Atlas, 2008.

MATHIAS, Washington Franco; GOMES, José Maria. *Matemática Financeira*. São Paulo: Atlas, 2009.

Referências Complementares

MORGADO, A. C; WAGNER, E; ZANI, Sheila Cristina. Progressões e matemática financeira. 5. ed. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Matemática, 2001

VIEIRA SOBRINHO, José Dutra; CAMPIGLIA, Américo Oswaldo. Matemática financeira: Juros, capitalização, descontos e séries de pagamentos : 7. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2000

FARIA, Rogério Gomes. *Matemática Comercial e Financeira*. São Paulo: Ática, 2000.

FARO, Clóvis F. *Fundamentos de matemática financeira*. São Paulo: Saraiva, 2006.

PUCCINI, Abelardo Lima. *Matemática financeira objetiva e aplicada*. São Paulo: Saraiva, 2006.

**PLANEJAMENTO E PROGRAMAÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

Planejamento e políticas públicas. Teorias e modelos de planejamento governamental. Enfoque sistêmico e estratégico de planejamento. Métodos, técnicas/características e etapas Avaliação e acompanhamento como parte do processo de planejamento. Construção de indicadores de monitoramento e avaliação. Evolução do planejamento governamental no Brasil. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento. Planejamento governamental no Brasil contemporâneo: concepção, estrutura e sistema do PPA.

Referências Básicas

MISOCZKY, Maria Ceci Araujo; GUEDES, Paulo. Planejamento e programação na administração pública. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

IANNI, Otávio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

MATUS, Carlos. *Adeus, senhor presidente*: governantes governados. São Paulo: FUNDAP, 2004.

Referências Complementares

FERREIRA, Francisco Whitaker. *Planejamento sim e não*. 15ª ed. Rio de
Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUERTAS, Franco. *O método PES*: entrevista com Matus. São Paulo: FUNDAP, 2004;

LAFER, Betty M. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 1970.

MATUS, Carlos. *Estratégias políticas*. São Paulo: FUNDAP, 2004.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO I NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos**

O estudante fará opção por uma das Linhas de Formação Específica que irá dirigir sua formação, elaborando, no Seminário Temático I da LFE, um projeto de pesquisa, a partir de um problema identificado na fase de diagnóstico e fundamentado na literatura estudada nos seminários. Nos Seminários Temáticos seguintes o estudante desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

**MÓDULO 6**

**ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA – 60 horas – 4 créditos**

Evolução do pensamento estratégico. Administração Estratégica e Planejamento Estratégico. Vantagens e desvantagens do Processo de Planejamento Estratégico. Etapas do processo de Planejamento Estratégico na Administração Pública: implantação, controle e avaliação do processo de Planejamento Estratégico.

Referências Básicas

PEREIRA, Maurício Fernandes. Administração estratégica. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011

ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010..

CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações. Rio de Janeiro: Campus, c2004.

Referências Complementares

VASCONCELLOS FILHO, Paulo de; PAGNONCELLI, Dernizo. Construindo estratégias para vencer: um método prático, objetivo e testado para o sucesso da sua empresa. Rio de Janeiro: ELSEVIER, 2001.

HITT, Michel A.; IRELAND, R. Duane.; HOSKISSON, Robert E. *Administração estratégica*: competitividade e globalização. São Paulo: Thompson, 2008.

ABELL, Derek F.. Administrando com dupla estratégia: [dominando o presente, conquistando o futuro]. São Paulo: Pioneira, 1995.

BIAGIO, Luiz Arnaldo; BATOCCHIO, Antonio. Plano de negócios: estratégia para micro e pequenas empresas. 2. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

**ELABORAÇÃO E GESTÃO DE PROJETOS – 60 horas – 4 créditos**

Planejamento e projeto: conceituação, Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software para gerenciamento de projetos.

Referências Básicas

CARVALHO, Claudinê Jordão de Carvalho. Elaboração e Gestão de Projetos. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

CLEMENTE, Ademir (Org.). ***Projetos empresariais e públicos***. São Paulo: Atlas, 1998;

MAXIMIANO, Antônio Cesar A. *Teoria Geral da Administração*: da revolução urbana à revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

**Referências Complementares**

BRUCE, Andy; LANGDON, Ken. Como gerenciar projetos. São Paulo: Publifolha, 2007.

CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. Elaboração e avaliação de projetos de investimentos: considerando o risco. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, c2009.

PRADO, Darci; FERNANDES, Fernando Ladeira. Planejamento e controle de projetos. 8. ed. Nova Lima, MG: Falconi, 2014

KERZNER, Harold. Gestão de projetos: as melhores práticas. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006. 821 p

**GESTÃO DE OPERAÇÕES E LOGÍSTICA II – 60 horas – 4 créditos**

Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Referências Básicas

CARDOSO, Patrícia Alcântara. Gestão de operações e logística II. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

ARNOLD Jr., Tony. *Administração de materiais*: uma introdução. São Paulo: Atlas, 1999.

JOHNSTON, Robert; CLARK, Grahan. *Administração de Operações de Serviço*. São Paulo: Atlas, 2002.

**Referências Complementares**

FRITZSIMMONS, James A.; FRITZSIMMONS, Mona J. *Administração de Serviços*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

SLACK. Nigel *et al*. *Administração da Produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

POZO, Hamilton. *Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais*: uma abordagem logística. São Paulo: Atlas, 2007.

**ORÇAMENTO PÚBLICO – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos e princípios orçamentários. Aspectos constitucionais do orçamento. Processo orçamentário como instrumento de planejamento: relação entre Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). O ciclo orçamentário. Elaboração do orçamento: receita e despesa. Execução orçamentária e financeira: etapas da receita e da despesa. Créditos adicionais. Gestão democrática de alocação de recursos: orçamento participativo.

Referências Básicas

SANTOS, Rita de Cássia Leal Fonseca dos. Orçamento público. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

ALBUQUERQUE, Claudiano; MEDEIROS, Márcio; FEIJÓ, Paulo Henrique. Gestão de Finanças Públicas. 2. ed. Brasília: Editora Paulo Henrique Feijó, 2008**.**

GIACOMONI, James. *Orçamento público*. 11. ed. Amp. Rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

Referências Complementares

BEZERRA FILHO, João Eudes. Contabilidade pública: teoria, técnica de elaboração de balanço e questão. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, c2008.

FREITAS, Mário S. N. *Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. Bahia Análise e Dados*. Salvador, 2003. Disponível em: <http://wi.sei.ba.gov.br/públicacoes/públicacoes\_sei/bahia\_analise/analise\_dados/pdf/financas/pag\_09.pdf>.

GARCIA, Ronaldo C. *Subsídios para Organizar a Avaliações* *da Ação Governamental*. Brasília: IPEA, 2001. Disponível em: <www.preac.unicamp.br/arquivo/materiais/txt\_apoio\_ronaldo\_garcia.pdf>.

LIMA, Edilberto Carlos Pontes. *Algumas observações sobre orçamento impositivo no Brasil:* planejamento e políticas públicas, 2003. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf#page=6](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/ppp/pdf/ppp26.pdf%22%20%5Cl%20%22page%3D6)>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SOUZA, Alexandre B. *Planejamento Governamental no Brasil*. Brasília: Departamento de Administração da Universidade de Brasília. Disponível em: <http://www.angelfire.com/ar/rosa01/page16.html>. Acesso em: 9 abr. 2009.

**ELETIVA DA IPES I – 30 horas – 2 créditos**

Será definida pelo colegiado do curso.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO II NA LFE I, LFEII OU LFEIII – 30**

**HORAS – 2 CRÉDITOS**

O discente desenvolverá neste seminário a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

**MÓDULO 7**

**AUDITORIA E CONTROLADORIA – 60 horas – 4 créditos**

Probidade administrativa. Princípios e sistema de controle na administração pública.

Controle social e transparência no Brasil. Fiscalização orçamentária, financeira, contábile patrimonial do Estado. Organização e funcionamento do controle externo e interno na administração pública Fluxo da gestão governamental (PPA, LDO, LOA). Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Controles da Administração Pública. Elaboração de Relatório de Auditoria.

**Referências Básicas**

CRUZ, Flávio da. *Auditoria governamental*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBERGER, Darci. *Controladoria***:** na coordenação dos sistemas de gestão. São Paulo: Atlas, 2009.

**Referências Complementares**

MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. São Paulo: Atlas, 2003

CRUZ, Flávio da; GLOCK, José Osvaldo. *Controle interno nos municípios*. 3. ed. São Paulo, Atlas, 2008.

SLOMSKY, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas, 2005.

SANTOS, Gerson dos. *Manual de administração patrimonial*. Florianópolis: Papa-livro, 2003.

SILVA, Lino Martins da. *Contabilidade governamental*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

**GESTÃO DA REGULAÇÃO – 30 horas – 2 créditos**

Direito e Economia da Regulação e da Concorrência; O Poder Regulatório do Estado e Concessão de Serviços Públicos; Políticas e Estrutura da Regulação no Brasil; Defesa do Consumidor; Defesa da Concorrência. O marco regulatório brasileiro: legislação, órgãos e entidades (nacionais, estaduais e municipais).

Referências Básicas

PINHEIRO, Ivan Antônio. Gestão da regulação. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

PINDICK, Robert. S.; RUBINFELD, Daniel L. *Microeconomia*. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

MOLL, Luiza Helena. *Agências de regulação do mercado*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002.

Referências Complementares

ARAGÃO, Alexandre Santos de. *A organização e controle social das agências reguladoras*: crítica aos anteprojetos de lei. Porto Alegre: ABAR, 2004.

CAMARGO, Ricardo A. L. *Agências de regulação no ordenamento jurídico-econômico brasileiro*. Porto Alegre: Fabris, 2000.

HAMEL, Gary; PRAHALAD, C. K. Competindo pelo futuro: estratégias inovadoras para obter o controle de seu setor e criar os mercados de amanhã. 6. ed. Rio de Janeiro: Pioneira, 1995

PINHEIRO, Armando Castelar; SADDI, Jairo. *Direito, Economia e mercados* . Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. Cap. 6 – Regulação dos Serviços Públicos.

FULD, Leonard M. Inteligência competitiva: como se manter à frente dos movimentos da concorrência e do mercado. Rio de Janeiro: Campus, c2007.

**NEGOCIAÇÃO E ARBITRAGEM – 60 horas – 4 créditos**

Mediação e arbitragem: o marco regulatório brasileiro. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Referências Básicas

Pinheiro, Ivan Antônio. Negociação e arbitragem / Ivan Antônio Pinheiro. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo*: um comentário à Lei nº 9.307/96. São Paulo: Atlas, 2004.

BURBRIDGE, R. Marc (... [et al.].). Gestão de negociação. São Paulo: Saraiva, 2006

Referências Complementares

MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociaçã*o: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica. São Paulo: Saraiva, 2006.

CARVALHAL, Eugênio do *et al*. *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeio: FGV, 2006.

FALJONE, Ademar. *Negociações sindicais*: como negociar em tempos de globalização. São Paulo: Makron Books, 1998.

HIRATA, Renato H. *Estilos de negociação*. São Paulo: Saraiva, 2007.

MAGRO, Maíra; BAETA, Zínia. *Guia valor econômico de arbitragem*. Rio de Janeiro: Globo, 2004.

**TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – 60 horas – 4 créditos**

História da tecnologia. Conceitos fundamentais: ciência, tecnologia e inovação.

Indicadores de Ciência, Tecnologia e Inovação. Principais condicionantes do processo de inovação tecnológica. Gestão da inovação tecnológica. Avaliação de projetos de P&D. Financiamento para a inovação no Brasil. Tecnologias convencionais e tecnologias sociais. Novas tecnologias e suas implicações sociais. As TICs em foco.

Referências Básicas

PINTO, Miriam de Magdala. Tecnologia e inovação. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012.

CORAL, Eliza; OGLIARI, André; ABREU, Aline França de (Orgs.). *Gestão integrada da inovação*: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos. São Paulo: Atlas, 2008.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação*: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

Referências Complementares

STAIR, Ralph M; REYNOLDS, George W. Princípios de sistemas de informação: uma abordagem gerencial. 4.ed. Rio de janeiro: LTC, 2002

SOUZA NETO, José Adeodato; BAIARDI, Amilcar; ALBUQUERQUE, Lynaldo Cavalcanti de. Gestão da inovação tecnológica. Brasília: Paralelo 15, 2006

TARAPANOFF, Kira (Org.) *Inteligência organizacional e competitiva*. Brasília: Editora UNB, 2001.

WARSCHAUER, Mark. *Tecnologia e inclusão social*: a exclusão digital em debate. São Paulo: Editora Senac, 2006.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Tecnologia da informação e da comunicação: desafios e propostas estratégicas para o desenvolvimento dos negócios. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

**ELETIVA DA IPES II – 60 horas – 4 créditos**

Será definida pelo colegiado do curso.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO III NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos**

O discente desenvolverá a pesquisa e apresentará o respectivo relatório em formato de TCC.

**MÓDULO 8**

**GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE – 60 horas – 4 créditos**

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental

Referências Básicas

NASCIMENTO, Luis Felipe. Gestão ambiental e sustentabilidade. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012

DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo, SP: Atlas, 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4. ed. Atlas, 2007

Referências Complementares

BIDERMAN, Rachel *et al*. *Guia de compras públicas sustentáveis*: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em:.

BUARQUE, Sergio C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Gramond, 2002.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. *Desenvolvimento sustentável*: dimensões e desafios. Campinas: Papirus, 2003.

<http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/\_arquivos/guia\_compras\_sustentaveis.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009

MOURA, Luiz Antônio Abdalla de. Qualidade e gestão ambiental. 5. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2008.

VIEIRA, Paulo Freire ((org.)). Desenvolvimento e meio ambiente no Brasil: a contribuição de Ignacy Sachs. Porto Alegre: Pallotti : APED, c1998

**POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE – 60 horas – 4 créditos**

Introdução ao estudo das políticas públicas. Conceitos fundamentais: políticas públicas, público e privado, público e estatal, público e governamental. Estado, mercado e esfera pública. O Estado de Bem-estar Social, a formação da cidadania moderna e o desenvolvimento da democracia. Histórico do Estado de Bem-estar Social. Tipologias de Estados de Bem-estar Social. A formação da Agenda Pública. A questão da decisão e da não-decisão. Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Implementação e avaliação das políticas públicas. Tendências das políticas públicas no início do Século XXI. Liberalismo, social democracia e políticas públicas. O efeito da globalização para as políticas públicas. A participação da sociedade na decisão e acompanhamento da execução das políticas públicas: a gestão democrática.

Referências Básicas

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. Políticas públicas e sociedade. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane. (Orgs). *Políticas Públicas*. Coletânea. Brasília: ENAP, vol. 2. 2006. Disponível em: <[www.enap.gov.br](http://www.enap.gov.br/)>. Acesso em: 9 abr. 2009.

GOMES, Gustavo de Mendonça. Políticas públicas no estado contemporâneo e controle jurisdicional: base legal e elementos formadores. Curitiba: Juruá Editora, 2015.

Referências Complementares

DAGNINO, Eveline. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André. (org.). *Desenho institucional e participação política*: experiências no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2005.

**RELAÇÕES INTERNACIONAIS – 60 horas – 4 créditos**

Analisar as relações internacionais no período contemporâneo e verificar como se encontra estruturado o sistema internacional. Temas como a globalização, a regionalização, a interdependência e aqueles que têm ocupado a agenda dos governos nos anos de 1990, tais como as organizações internacionais e não-governamentais, o meio ambiente, os direitos humanos, os conflitos étnicos e religiosos, os nacionalismos e o terrorismo.

Referências Básicas

RODRIGUES, Thiago Moreira de Souza. Relações internacionais. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2012

RODRIGUES, Gilberto Marcos Antonio. *O que são relações internacionais*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SEITENFUS, Ricardo. *Manual das organizações internacionais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

Referências Complementares

PASSETTI, Edson; OLIVEIRA, Salete (orgs.). *Terrorismos*. São Paulo: Educ, 2006.

RESENDE, Paulo-Edgar; DOWBOR, Laislau; IANNI, Octavio (orgs.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998;

ROMÃO, Wagner; XAVIER, Marcos; RODRIGUES, Gilberto (orgs.). *Cidades em relações internacionais***.** São Paulo: Desatino, 2009.

VIGEVANI, Tullo; WANDERLEY, Luis Eduardo; MARIANO, Marcelo (orgs.). *Dimensão subnacional e as relações internacionais*. São Paulo: Unesp/Educ, 2004.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. *Relações exteriores do Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008.

**ELETIVA DA IPES III – 60 horas – 4 créditos**

Será definida pelo colegiado do curso.

**SEMINÁRIO TEMÁTICO IV NA LFE I, LFE II ou LFE III – 30 horas – 2 créditos**

Será definido pelo colegiado do curso.

**DISCIPLINAS ELETIVAS**

**REDAÇÃO OFICIAL – 60 horas – 4 créditos**

Características do texto administrativo e a linguagem oficial aplicadas na produção de documentos e correspondências oficiais e empresariais.

Referências Básicas

FERREIRA, Eric Duarte; CAMBRUSSI, Morgana Fabiola. Redação oficial. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

MEDEIROS, João Bosco. *Correspondência***:** técnicas de comunicação criativa. 13 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BRASIL. Presidência da República. *Manual de redação da Presidência da República*. 2. ed. rev. e atual. Brasília: Presidência da República, 2002.

Referências Complementares

BLIKSTEIN, Izidoro. *Técnicas de comunicação escrita*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1995.

FERREIRA, Reinaldo Mathias. Correspondencia Comercial e oficial com tecnicas de redacao. 10.ed. Ática, 1995.

CRUZ, Edwaldo. Redija conforme orientação oficial: (Portaria Nº 777 e instrução normativa Nº 133). 7. ed. Maceió: Imprensa Universitaria, 1984.

MEDEIROS, João Bosco. Redação empresarial. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRASIL. Congresso Nacional – Câmara dos Deputados. *Manual de Redação*. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Públicações, 2004.

 **INFORMÁTICA PARA ADMINISTRADORES – 60 horas – 4 créditos**

Estrutura de computadores. Softwares. Aplicativos: processadores de textos, planilha eletrônica e apresentação de slides. Sistemas Computacionais: características, noções de modelagem de dados. Bancos de dados. Internet e páginas web. Correio Eletrônico: uso corporativo, atividades em grupo.

Referências Básicas

ALMEIDA, Mário de Souza; SCHENINI, Pedro Carlos. Informática para administradores. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

NORTON, Peter. *Introdução à informática*. São Paulo: Pearson Makron Books, 1996.

STAIR, Ralph M. *Princípios de Sistemas de Informação*: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1998.

Referências Complementares

GORDON, Steven R.; GORDON, Judith R. *Sistemas de informação*: uma abordagem gerencial. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.

LAUDON, Kenneth C.; LAUDON, Jane Price. *Sistemas de informação com Internet*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1999.

REBOUÇAS DE OLIVEIRA, Djalma de Pinho. *Sistemas de informações gerenciais*: estratégicas, táticas, operacionais. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

TURBAN, Efraim; RAINER Jr., R. Kelly, POTTER, Richard E. *Administração de tecnologia da informação*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

**EMPREENDEDORISMO GOVERNAMENTAL – 60 horas – 4 créditos**

Fundamentos do Empreendedorismo – definição e origem; migração do Estado patrimonialista ao Estado empreendedor; empreendedorismo privado x público; razões do empreendedorismo. Gestão Empreendedora – análise de cenários; identificação de oportunidades; o ciclo orçamentário e as proposições de ações; casos de sucesso; gestão por resultados; Perfil e Comportamento Empreendedor – síndromes, mitos, características, habilidade inata ou comportamento aprendido, empreendedor e intra-empreendedor, e empreendedor estratégico.

Referências Básicas

TSUFA, Evandro. Empreendedorismo governamental . Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmicas. São Paulo: Atlas, 2010.

DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando idéias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2008.

Referências Complementares

HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P; SHEPHERD, Dean A. Empreendedorismo. 7. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. São Paulo: Manole, 2012

MINTZBERG, Henry. AHLSTRAND, Bruce. LAMPEL, Joseph. ***Safári de estratégia***. Porto Alegre: Bookman, 2000.

BESSANT, John; TIDD, Joe. Inovação e empreendedorismo. Porto Alegre: Bookman, 2009.

**GESTÃO DA QUALIDADE NO SETOR PÚBLICO – 30 horas – 2 créditos**

Considerações sobre o setor público. Qualidade: conceitos e princípios. Planejamento e controle da qualidade. Ferramentas. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Referências Básicas

ERDMANN, Rolf Hermann. Gestão da Qualidade no Setor Público. Florianópolis : Departamento De Ciências Da Administração / UFSC; [BRASÍLIA] : CAPES : UAB, 2011.

CAMPOS, Vicente Falconi. *Gerência da qualidade total*. Rio de Janeiro: Bloch, 1990.

FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços*. Porto Alegre: Bookman, 2000.

Referências Complementares

CAMPOS, Vicente Falconi. *TQC*: gerenciamento da rotina do trabalho do dia-a-dia. Belo Horizonte: UFMG, Escola de Engenharia, 1994.

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. *Gestão de serviços*. São Paulo: Atlas, 2002.

DEMING, W. Edwards. *Qualidade*: a revolução da administração. Rio de Janeiro: Marques-Saraiva, 1990.

DEMING, William. Edwards. *Saia da crise*: as 14 lições definitivas para controle de qualidade. São Paulo: Futura, 2003.

JURAN, Joseph M; GRYNA, Frank M. *Controle da qualidade*. São Paulo: Makron: McGraw-Hill, 1991.

\_\_\_\_\_\_. *A qualidade desde o projeto*: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços. São Paulo: Pioneira, 1992.

LOVELOCK Christopher; WRIGHT Lauren. *Serviços*: marketing e gestão. São Paulo: Saraiva, 2006.

**GESTÃO DE REDES DE COOPERAÇÃO NA ESFERA PÚBLICA – 60 horas – 4 créditos**

Conceito, gênese e tipos de redes, modelos de gestão e estruturas de redes públicas.

Redes federativas e redes públicas de cooperação, redes comunitárias.

Complementaridade e Supletividade nas redes híbridas.

Referências Básicas

MALMEGRIN, Maria Leonídia. Gestão de redes de cooperação na esfera pública. Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

CASSIOLATO, José Eduardo; LASTRES, Helena Maria Martins. (Orgs.) *Arranjos produtivos locais e as novas políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2000.(não)

CRUZ, Junior Alisson Westarb; MARTINS, Tomas Sparano; AUGUSTO, Paulo Otávio Mussi (Orgs.). *Redes Sociais e Organizacionais em Administração*. Curitiba: Juruá, 2008.

Referências Complementares

CRUZIO, Helnon de Oliveira. *Cooperativas em redes de autogestão do conhecimento*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

O'BRIEN, James A.; MARAKAS, George M. Administração de sistemas de informação: uma introdução. 13. ed. São Paulo, SP: McGraw-Hill, 2007.

FLEURY, Sonia; OUVERNEY, Assis M. *Gestão de Redes*: a estratégia de regionalização da política de saúde, Rio de Janeiro: FGV, 2007.

NETO, João Amato. *Redes Entre Organizações*. São Paulo: Atlas, 2001.

SCHLITHLER, Célia Regina Belizia. *Redes de Desenvolvimento Comunitário*: Iniciativas para a transformação social. São Paulo: Global Editora, 2004.

**ANÁLISE E PROSPECÇÃO DE PROBLEMAS NACIONAIS – 30 horas – 2 créditos**

Problemas Nacionais contemporâneos: métodos de identificação, caracterização, análise e prospecção. Políticas públicas para abordagem dos Problemas Nacionais: interdependência e interfaces entre Poderes e níveis de governo. Temas em destaque: desigualdades sociais e pobreza; a questão ambiental e da Amazônia e seu caráter estratégico; a Reforma Sanitária, o Sistema Único de Saúde e dilemas na sua implementação; Educação para a Cidadania: acessibilidade e qualidade.

Referências Básicas

SANCHES Ross, Jurandyr. *Geografia do Brasil*. São Paulo: EDUSP 2005.

VIANA, Ana Luiza, ELIAS, P. Eduardo, IBAÑEZ, Nelson (Orgs.). *Proteção Social*: dilemas e desafios***.*** São Paulo: Hucitec, 2005.(não)

Referências Complementares

BEHRING, Elaine B.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social*: fundamentos e história**.** 4. ed. São Paulo: Cortez Editora. 2008.

CAMPOS, André; AMORIM, Ricardo; GARCIA, Ronaldo (Eds.). *Brasil*: o estado de uma nação. IPEA: Brasília, 2007. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/Livro\_estadonacao2007.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2009.

JACCOUD, Luciana (Org.). *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília: IPEA, 2005.

RIGOTTO, Márcia Elisa; SOUSA, Nali de Jesus de. *Evolução da Educação no Brasil*. Rev. Anal. Porto Alegre, v. 16, n. 2, ago-dez, p. 339-358. 2005. Disponível em: <<http://www.nalijsouza.web.br.com/educacao_brasil.pdf>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

ROCHA, Sonia. *Pobreza no Brasil*: afinal, do que se trata?3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000.

### SAVIANI , Dermeval. *Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação*: por uma outra política educacional. 5. ed. Editora Autores Associados, 1998.

SENA, Paulo. *A legislação do Fundeb*. Cadernos de Pesquisa, vol.38 n.134 São Paulo may/aug. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742008000200004&script=sci_arttext&tlng=pt>>. Acesso em: 9 abr. 2009.

SVIANNA, Maria Lúcia Werneck. *A Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil.* Rio de janeiro: Revan, IUPERJ, 1998.

**LICITAÇÃO, CONTRATOS E CONVÊNIOS - 30 horas – 2 créditos**

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade, modalidades, pregão eletrônico e presencial, fases, revogação e invalidação, controle.

Contratos: formalização, direitos e deveres, execução, alteração, inexecução, extinção, espécies, controle. Convênios: aspectos gerais, participantes, objeto, formalização, controle.

Referências Básicas

OLIVO, Luis Carlos Cancelier de. Licitações, contratos e convênios. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2011.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito administrativo*. São Paulo, Atlas, 2009.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. *Eficácia nas licitações e contratos*. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

SILVA, Arídio; RIBEIRO, J. Araújo; RODRIGUES, Luiz A. Desvendando o pregão eletrônico; Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Referências Complementares

CRUZ, Flávio da (Coord). *Lei de Responsabilidade Fiscal comentada*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

GASPARINI, Diógenes. *Direito administrativo*. São Paulo: Saraiva, 2008.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. Atualização de Eurico de Andrade Azevedo, Délcio Balestero Aleixo, José Emmanuel Burle Filho. São Paulo: Malheiros, 2008.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. *Curso de direito administrativo*. São Paulo: Malheiros, 2009.

JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 14.ed. São Paulo, SP: Dialética, 2010

**INTRODUÇÃO À LINGUA INGLESA – 60 horas – 4 créditos**

Desenvolvimento das quatro habilidades (produção de atos de fala, recepção de atos de fala, produção escrita e compreensão de leitura), em língua inglesa, e das competências linguística e comunicativa via fundamentação lexical, fonética, fonológica, sintática, semântica e pragmática, em nível introdutório.

**Referências Básicas**

CLANDFIELD, Lindsay. Straightforward: elementary student’s book. Macmillan: Oxford, 2006.

FLETCHER, Clare. Pronunciation dictionary: study guide. Essex, UK: Longman, 1990.

HANDBOOK of the International Phonetic Association: a guide to the use of the IPA. Cambridge: Cambridge University, 1999.

 LEECH, Geoffrey; SVARTVIK, Jan. A communicative grammar of English. London: Longman, 1975.

SILVERSTAIN, Bernard. Perfecting the sounds of American English: includes a complete guide to the IPA. Illinois, USA: NTC, 1997.

**Referências Complementares**

BIBER, D.; CONRAD, S.; LEECH,G. Longman student grammar of written and spoken English. London/New York: Longman, 2002.

GREENBAUN, & QUIRK. A student’s grammar of the English language. London: Longman, 1990.

GRELLET, Françoise. Developing Reading Skills – A Practical Guide to Reading Comprehension Exercises. NUTTAL, Christine. Teaching Reading Skills in a Foreign Language. Cambridge University Press, 1992.

SWAN, M. Practical English usage. Oxford: OUP, 1980.

**LIBRAS – LINGUAGEM BRASILEIRA DE SINAIS – 30 horas – 2 créditos**

Estudo dos fundamentos da Língua Brasileira de Sinais com noções práticas de sinais e interpretação, destinado às práticas pedagógicas na educação inclusiva.

**Referências Básicas**

BRITO, L. F. Por uma gramática de Língua de Sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995. • COUTNHO, Denise. Libras e Língua Portuguesa: semelhanças e diferenças. João Pessoa Editor: Arpoador, 2000.

FELIPE, T. A.. Libras em contexto: curso básico, livro do estudante cursista. Brasília: Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos, MEC, SEESP. 2001.

GESSER, A.. Libras? que língua é essa? crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo, SP: Parábola, 2009. 87 p. (Série estratégias de ensino ; 14) ISBN 9788579340017

**Referências Complementares**

QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. B.. Línguas de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed. 2004.

SACKS, O. W.. Vendo Vozes: uma viagem a mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras. 1998.

LOPES FILHO, O.. Tratado de fonoaudiologia. São Paulo: Roca, 1997.

IDALAN, M. M.. Comunicação e educação: a adoção da libras no contexto midiático brasileiro. Maceió, AL, 2009. 67 f. : Monografia (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Ciências Humanas, Comunicação e Artes, Maceió, AL, 2009.

SALLES, H. M. M. L. et. al. Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para uma prática. 2 v. Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. Brasília, MEC, SEESP, 2005.

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – 60 horas – 4 créditos**

Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre a educação e direitos humanos. Estatuto da criança e do adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura de paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

**Referências básicas**:

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana (org). Educação em Direitos Humanos; temas, questões e propostas; Rio de Janeiro: DPAlli, 2008.

CORTINA, Adela. Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania; São Paulo: Loyola, 2005.

PAIVA, Angela Randolphp. (org). Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos; Rio de Janeiro: Pallas, 2012;

**Referências complementares:**

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Suzana (org). Educar em direitos humanos: construir democracia; Rio de Janeiro: Vozes 2000.

SACAVINO, Suzana (org). Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul; Rio de Janeiro: 7 letras, 2013.

CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Suzana et alli. Educação em Direitos Humanos e formação de professores/as; São Paulo; Cortez, 2013.

**DISCIPLINA DE NIVELAMENTO**

**MATEMÁTICA BÁSICA – 60 horas – 4 créditos**

Conjuntos e Relações. Potenciação, Radiação, Logaritmo e Exponencial. Produtos Notáveis. Razão, Proporção e Porcentagem. Frações. Equações de 1º e 2º graus. Inequações de 1º grau. Aplicações.

Referências Básicas

Guerra, Fernando Matemática básica / Fernando Guerra e Inder Jeet Taneja. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2009.

LEITHOLD, Louis. *Matemática Aplicada à Economia e Adminstração*. São Paulo: Harbra, 1988.

BEZERRA, Manoel J.; PUTNOKI, José Carlos. *Novo Bezerra*: Matemática (2º Grau). Volume Único. 4. ed. São Paulo: Scipione, 1996.

Referências Complementares

WEBER, Jean E. *Matemática para Economia e Administração*. 2. ed. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1986.

ALENCAR FILHO Edgar de. *Teoria Elementar dos conjuntos*. 15. ed. São Paulo: Nobel,1974.

**3.7 - TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC**

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas.

Está, portanto, atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão disponibilizadas por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Plataforma Moodle, para aulas na modalidade a Distância e ou semi presencias não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

A EaD oferece possibilidades de novas práticas educativas e sociais, por suas características e sua forma de organizar o ensino e a aprendizagem e os processos formativos profissionais.

Para tal, exige uma organização de apoio institucional e uma mediação pedagógica que garantam as condições necessárias à efetivação do ato educativo. Pois, na EaD, quem ensina não é um professor, mas uma instituição, uma “instituição ensinante”. Trata-se, então, de uma ação mais complexa e coletiva, em que todos os sujeitos do processo ensino e aprendizagem estão envolvidos direta ou indiretamente: na equipe que concebeu e construiu o Projeto Pedagógico aos estudantes e orientadores – sujeitos ativos na implementação de tal Projeto – de quem vai conceber e elaborar o material didático a quem irá cuidar para que ele chegue às mãos do estudante, do coordenador de curso e dos professores formadores ao orientador (tutor), do autor ao tecnólogo educacional (*instrucional designer*), do editor ao artista gráfico (*webdesigner*), etc.

Por isso, a modalidade de EaD deve ser pensada e implementada pela “instituição ensinante” numa perspectiva sistêmica e colaborativa. A metáfora da rede traduz bem esta nova visão da organização do trabalho pedagógico.

O Curso de Administração Pública na modalidade a distância possui estrutura administrativo-pedagógica que contempla:

* O estudante: estudante matriculado no curso e que irá estudar “a distância”;
* Professores autores: responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem);
* Professores formadores: responsáveis pela oferta de determinada disciplina no curso;
* Professores pesquisadores: ligados ao programa de pós-graduação da IPES, ou com projeto específico, com a função de acompanhar o desenvolvimento do curso para monitorar e avaliar o sistema como um todo, ou alguns de seus subsistemas, para contribuir no processo de reconstrução da caminhada da Instituição na modalidade a distância;
* Tutores (presenciais, a distância): bacharéis em Administração, ou em áreas afins, atuando no Pólo de Apoio Presencial, ou na Instituição. Eles têm a função de acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada. Recebem formação em EaD, antes de iniciarem suas atividades e ao longo do curso, sob a supervisão de um coordenador de “tutoria”. Quanto às funções específicas dos “tutores presenciais” e dos “tutores a distância”, dependerá do sistema de tutoria adotado pela Instituição e da disponibilidade ou não de profissionais formados em Administração nos municípios Pólos; e
* Equipe de apoio tecnológico e de logística: com a função de viabilizar as ações planejadas pela equipe pedagógica e de produção de material didático;

Na formação acadêmica dos docentes e tutores existiram disciplinas que versaram sobre a tecnologia da informação e da comunicação de modo que os mesmos a utilizam diuturnamente nos seus trabalhos acadêmicos.

 O curso disponibiliza equipamentos de informática, nos pólos, para acesso dos alunos de forma permanente, com softwares atualizados pela IES e com boa velocidade.

 A execução do processo ensino-aprendizagem dos alunos através das TICs ocorre de forma tempestiva e satisfatória, não havendo situações de deficiência no processo.

 Assim organizada, a “instituição ensinante” pode oferecer saber atualizado (filtrando o mais válido das recentes produções científicas), dando prioridade aos conhecimentos instrumentais (“aprender a aprender”), visando educação permanente do cidadão e estando compromissada com o meio circundante.

Para tal está presente no curso:

**A estrutura organizativa:** composta pelos subsistemas de concepção, produção e distribuição dos materiais didáticos, de gestão, de comunicação, de condução do processo de aprendizagem e de avaliação, e os Pólos de Apoio Presencial.

**A comunicação:** que deverá ser multidirecional, com diferentes modalidades e vias de acesso. A comunicação multimídia, com diversos meio e linguagens, exige, como qualquer aprendizagem, implicação consciente do estudante, intencionalidade, atitude adequada, destrezas e conhecimentos prévios necessários. Os materiais utilizados também devem estar adequados aos interesses, necessidades e nível dos estudantes.

**O trabalho cooperativo:** é fruto de uma formação que privilegiou o individualismo e a competição. Na modalidade a distância, o que há, na maioria das vezes, são trabalhos de parcerias entre diferentes profissionais (autores, designer instrucional, web designer, tecnólogos educacionais, orientadores), com muita pouca interação e diálogo. A ação pedagógica e a construção de conhecimento, numa perspectiva heurística e construtiva, devem se sustentar sobre o alicerce do trabalho colaborativo ou cooperativo, na construção de uma rede ou de uma “comunidade de aprendizagem”.

A equipe multidisciplinar que atua no curso é composta pelo corpo docente, tutores, apoio para capacitação pedagógica, apoio tecnológico e de comunicação, apoio para pesquisa e extensão, apoio para estágio supervisionado, apoio logístico e pessoal técnico-administrativo, este último com funções de apoio administrativo e funções técnicas para produção e manutenção das TIC utilizadas no curso.

**3.8 - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR**

Com a experiência do Curso de Administração piloto da UAB, além das ações dos cursos de Capacitação do Sistema UAB/UFAL foram desenvolvidos os seguintes cursos: elaboração e uso de mapas conceituais, construção e aplicação de casos para ensino, qualidade em tutoria, avaliação de aprendizagem que deverão ser reformulados para o PNAP, além de outros que vamos ofertar para a equipe de professores e tutores do curso, para abranger assuntos mais amplos tais como:

1. Produção de Materiais Didáticos, paradidáticos e complementares;
2. Formação de Tutores
3. Capacitação em Gestão de Educação a Distância – Curso para capacitação do pessoal técnico-administrativo e de coordenação, até mesmo acadêmica, para a gestão dos processos estratégicos, logísticos e operacionais dos Cursos da UAB. Poderá ser mantido como oferta contínua, com material autoinstrucional e apoio pela Internet para a equipe de gerenciamento e execução administrativa do Curso de Administração.

IV - Formação de pessoal Técnico/Administrativo – Curso sobre a estrutura e o projeto político-pedagógico do curso, bem como sobre o Ambiente Virtual de Aprendizagem utilizado.

**3.9 - MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL**

O curso adota os livros-base oferecidos pela CAPES. Além disso, coloca-se à disposição dos discentes o amplo acesso às Bibliotecas da UFAL, as quais dispõem dos títulos da bibliografia básica e complementar, também utilizadas nas matérias.

 Além disso, cada disciplina tem a produção de materiais, os quais servem como apoio para o aprendizado. Esses materiais são produzidos pelos professores e/ou tutores, e consistem em slides, artigos, casos, reportagens, vídeos, atividades, etc.

**3.10 - ATIVIDADES DE TUTORIA E MECANISMOS DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES, TUTORES E ESTUDANTES**

A tutoria no curso de Administração Pública como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a valorização da educação a distância, por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, O tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, está permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas, as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

Na fase de planejamento, o tutor deve participar da discussão, com os professores formadores, a respeito dos conteúdos a serem trabalhados, do material didático a ser utilizado, da proposta metodológica, do processo de acompanhamento e avaliação de aprendizagem, dos Seminários Temáticos e do Estágio Supervisionado.

No desenvolvimento do curso, o tutor é responsável pelo acompanhamento e avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele coloca-se em atitude de questionamento re-construtivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria-prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele relaciona-se com outros estudantes para estudar, se participa de organizações ligadas à sua formação profissionais ou a movimentos sociais locais.

Além disso, o tutor deve, neste processo de acompanhamento, estimular, motivar e, sobretudo, contribuir para o desenvolvimento da capacidade de organização das atividades acadêmicas e de aprendizagem.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos dos aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico metodológica do curso. Essa formação deve será oportunizada pela IPES antes do início do curso e ao longo do curso.

Como recursos para interlocução são utilizados:

* Ambiente Virtual, com recursos de fórum, chat, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
* Videoaulas;
* Telefone;
* e-mail;

 As atividades dos tutores no curso são as seguintes:

* Mediar a comunicação de conteúdos entre o professor e os estudantes;
* Acompanhar as atividades discentes, conforme o cronograma do curso;
* Apoiar o professor da disciplina no desenvolvimento das atividades docentes;
* Manter regularidade de acesso ao Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA e responder as solicitações dos alunos nos prazos estabelecidos;
* Estabelecer contato permanente com os alunos e mediar as atividades discentes;
* Colaborar com a coordenação do cursos na avaliação dos estudantes;
* Participar das atividades de capacitação e atualização promovidas pela IES;
* Participar do processo de avaliação da disciplina sob a orientação do professor responsável;
* Apoiar operacionalmente a coordenação do curso nas atividades presenciais nos pólos, em especial na aplicação das avaliações.

**3.11 - ENCONTROS PRESENCIAIS**

Os encontros presenciais serão motivos de amplo planejamento, envolvendo os atores pedagógicos e administrativos dos subsistemas do Curso. Entre as atividades a serem contempladas incluem-se avaliação do desempenho discente, apresentação de palestras, aulas, pesquisas desenvolvidas, defesa de TCC, visitas técnicas e integração social da comunidade acadêmica.

Os encontros presenciais acontecerão pelo menos uma vez por mês, no início, metade ou fim, de cada disciplina, com a duração mínima de oito horas, ou seja, um dia inteiro. A presença do aluno será OBRIGATÓRIA, sendo a ausência, computada como falta.

No final de cada semestre letivo haverá a apresentação dos trabalhos de pesquisa, seminário temático ou de conclusão de curso. A apresentação dos trabalhos será na forma escrita e oral, esta para uma banca avaliadora especialmente composta para tal fim.

**3.12 – COLEGIADO DO CURSO**

O Colegiado do Curso tem a sua composição e funcionamento conforme os artigos 25 e 26 do Regimento Geral da Ufal (transcritos abaixo) exercendo suas funções conforme preconiza o citado artigo 26.

*Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:*

* *05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;*
* *01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;*
* *01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.*

*Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.*

 *Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:*

* *coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;*
* *coordenar o processo de ensino e de aprendiza gem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;*
* *coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;*
* *colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;*
* *exercer outras atribuições compatíveis*

**3.13 - NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE**

 Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução -52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

 Neste sentido, os NDE é composto pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação e formação na área do curso e afins.

 O NDE do curso de Administração Pública à Distância atua precipuamente no aspecto consultivo e prospectivo às demandas tanto existentes quanto futuras no auxílio ao Colegiado do Curso.

**3.14 - POLÍTICAS DE APOIO AOS DOCENTES E TÉCNICOS**

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência - este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

 Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos.(2013, p.71)

 O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

 No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e consequentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS) , baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções.

 Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

 Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

 No curso de Administração Pública à Distância a política de valorização do servidor segue à instituída pela UFAL.

**3.15 - POLÍTICAS DE APOIO AOS DISCENTES**

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam no PDI/UFAL e nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente, a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior –IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis –FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que freqüentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- Apoio pedagógico - buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: PAINTER, Monitoria, Tutoria.

- Estímulo à permanência - atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividades física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).

- Apoio financeiro - disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PET.

- Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.

- Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

O Curso de Administração Pública à Distância, através de seus professores, envidará todos os esforços possíveis a fim de engajar seus discentes na pesquisa e extensão propiciadas pela UFAL, inclusive propiciando meios para atender as necessidades dos discentes especiais.

**3.16 - SISTEMA DE CONTROLE DE PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL DIDÁTICO (LOGÍSTICA)**

O Curso distribui os livros, remetidos pela CAPES, aos discentes nos respectivos períodos a cursar, sem prejuízo da distribuição dos materiais confeccionados pelos professores nas disciplinas.

**4 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM**

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

**4.1 - AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação da do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que, deverá prever tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e co-participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso a ser implementado com esta proposta é importante para aferir o sucesso do novo currículo para o curso, como também para certificar-se de alterações futuras que venham a melhorar este projeto, vez que o projeto é dinâmico e deve passar por constantes avaliações.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir uma avaliação institucional e uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do referido projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam efetivar a discussão ampla do projeto mediante um conjunto de questionamentos previamente ordenados que busquem encontrar suas deficiências, se existirem.

O Curso será avaliado também pela sociedade através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária em parceria com indústrias alagoanas e estágios curriculares não obrigatórios.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições de ensino também servirá de instrumento para avaliação, sendo o mesmo constituído pelos seguintes tópicos:

1. Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;

2. corpo docente: formação profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;

3. infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

A avaliação do desempenho docente será efetivada pelos alunos/disciplinas fazendo uso de formulário próprio e de acordo com o processo de avaliação institucional.

**4.2 - AVALIAÇÃO DOS SUBSISTEMAS DE EAD**

A avaliação dos subsistemas de EaD presentes no curso de Administração Pública tem por objetivo controlar e aprimorar as etapas do processo pedagógico para garantir o alcance dos objetivos propostos para o curso.

Para tanto, será aplicada a avaliação 360 graus, de forma continuada, realizada pelos atores do processo ensino-aprendizagem, entre eles, estudantes, professores tutores, professores conteudistas, professores formadores e coordenador do curso, contemplando os seguintes aspectos:

* desempenho do estudante;
* desempenho dos professores-tutores;
* desempenho dos professores formadores;
* adequação do sistema de tutoria;
* adequação do Ambiente Virtual de Aprendizagem;
* qualidade do material impresso e da multimídia interativa;
* qualidade e adequação do atendimento administrativo;
* desempenho da coordenação do curso; e
* eficácia do programa.

Como instrumentos de avaliação são utilizados pesquisas, com questionários e formulários desenvolvidos especificamente para tal fim, de acordo com as necessidades observadas pela Coordenação do Curso.

A estrutura de EaD projetada para o curso possibilita a integração das ações dos atores de EaD, permitindo controle e sinergia no processo ensino-aprendizagem, assim como a prática de acompanhamento efetivo do estudante e sua avaliação em dimensão sistêmica e continuada.

Os resultados das avaliações deverão ser utilizados com a função de retroalimentar os subsistemas de EaD objetivando o aprimoramento e novos patamares de qualidade e eficácia.

**4.3 - AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ENSINO APRENDIZAGEM**

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de DBEN no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da freqüência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de freqüência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

(a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;

(b) Prova Final (PF), quando for o caso;

(c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1o – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2o - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1o - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2o - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1o - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2o - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Ao nível do PPC do curso de Administração Pública à Distância a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos alunos respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

O processo de avaliação de aprendizagem na Educação a Distância, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

Primeiro, porque um dos objetivos fundamentais da Educação a Distância deve ser a de obter dos estudantes não a capacidade de reproduzir idéias ou informações, mas sim a capacidade de produzir e reconstruir conhecimentos, analisar e posicionar-se criticamente frente às situações concretas que se lhes apresentem.

Segundo, porque no contexto da EaD o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por este motivo, faz-se necessário desenvolver método de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

* buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
* obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
* desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

Então, ao organizar o material didático do curso é preciso levar o estudante a questionar aquilo que julga saber e, principalmente, para que questione os princípios subjacentes a esse saber.

Nesse sentido, a relação teoria-prática coloca-se como imperativo no tratamento dos conteúdos selecionados para o curso de Administração Pública e a relação intersubjetiva e dialógica entre professor-estudante, mediada por textos, é fundamental.

O que interessa, portanto, no processo de avaliação de aprendizagem é analisar a capacidade de reflexão crítica do aluno frente a suas próprias experiências, a fim de que possa atuar dentro de seus limites sobre o que o impede de agir para transformar aquilo que julga limitado no campo da Administração Pública.

Por isso, é importante desencadear processo de avaliação que possibilite analisar como se realiza não só o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também como se realiza o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos trabalhados no curso.

À avaliação presencial bimestral será atribuído o peso de 60% (sessenta por cento) da nota total de cada bimestre, sendo os 40% (quarenta por cento) restantes atribuídos às atividades realizadas a distância, como pesquisas, exercícios, e outras tarefas planejadas para o desenvolvimento da disciplina e encontros presenciais para apresentação de trabalhos e de outras atividades propostas no encontro.

 O TCC ao final do curso, terá nota atribuída por uma banca examinadora após análise do trabalho e sua respectiva defesa.

Nessas situações de avaliação, os tutores e os professores formadores deverão estar atentos para observar e fazer o registro dos seguintes aspectos: a produção escrita do estudante, seu método de estudo, sua participação nos Encontros Presenciais, nos fóruns e nos bate-papos; se ele está acompanhando e compreendendo o conteúdo proposto em cada uma das disciplinas, se é capaz de posicionamentos crítico-reflexivos frente às abordagens trabalhadas e frente à sua prática profissional (dimensão cognitiva) e na realização de estudos de caso e de pesquisa, a partir de proposições temáticas relacionadas ao seu campo de formação profissional, entre outros fatores.

A avaliação é entendida como atividade política que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não só análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também a dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Dentre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EaD e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

**4.4 - AVALIAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO**

Tem como objetivo a auto avaliação do processo, gerando dados para elaboração/reelaboração ou implementação do PPC e, ainda, a previsão de ações que implicam melhorias para o curso, que podem gerar dados para o Plano de Ação Pedagógica (PAP) do curso. A gestão do projeto pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua por uma equipe designada pelo colegiado de curso e pelo NDE. Esta é uma condição para a concretização dos objetivos propostos. O processo deverá envolver professores, alunos, funcionários e, quando possível, profissionais interessados na realização de reuniões, encontros e oficinas, visando analisar o seu desempenho, fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta.

As ações visando à avaliação dos cursos se orientam pelas normatizações oriundas da Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior - CONAES - e se expressa de diferentes formas. Assim, o processo de avaliação do PPC do Curso de Administração Pública, modalidade à distância, é realizado pelo Colegiado do Curso, ouvindo os membros do NDE e do Centro Acadêmico.

ANEXO 1 - DOCENTES QUE PARTICIPAM DA GESTÃO DO CURSO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Função | Docente | Formação | Titulação | Regime de Trabalho |
| Coordenação do Curso | Araken Oliveira | Contabilidade e Direito | Doutor | BOLSISTA |
| Coordenação de Tutoria | Nadja Maria do Nascimento | Administração | Mestre | BOLSISTA |
| Coordenação de Estágios | Paulo Sérgio Cavalcante | Contabilidade | Mestre | BOLSISTA |

DOCENTES/TUTORES COMPROMETIDOS

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **NOME DOS PROFESSORES** | **CPF** | **RG** | **TTITULAÇÃO** | **REGIME DE TRABALHO** |
| NILSON CIBÉRIO DE ARAÚJO LEÃO | 022489518-42 | 15860306-SSP/SP | MESTRE | BOLSISTA |
| ARNÓBIO CAVALCANTI FILHO | 308202354-15 | 377527-SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| ALEXANDRE LIMA MARQUES DA SILVA | 787518704-44 | 766326 SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| VALDEMIR DA SILVA | 677154194-00 | 899688-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ANTÔNIO CARLOS SILVA COSTA | 197441534-15 | 1740485-SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| ANDREW BEHEREGARAI FINGER | 528967650-34 | 1/R-2505930-SSP/SC | DOUTOR | BOLSISTA |
| KEULER HISSA TEIXEIRA | 760448903-68 | 95013018279-SSP/CE | DOUTOR | BOLSISTA |
| ELYROUSE CAVALCANTE DE OLIVEIRA | 007830124-62 | 1031374-SSP/AL | MESTRE | BOLSISTA |
| NÁDIA MILENA DA SILVA BARBOSA | 041504724-24 | 1579623-SSP/AL | MESTRE | BOLSISTA |
| FABIANA OLIVEIRA | 996578644-53 | 1665635-SSP/PB | DOUTOR | BOLSISTA |
| PAULO SÉRGIO CAVALCANTE | 22306030430 | 374695-SSP/AL | MESTRE |  |
| KLEBER LUIS ALVES GUEDES | 677128864-15 | 882033-SSP/AL | MESTRE | BOLSISTA |
| CID OLIVAL FEITOSA | 661463645-68 | 1205447-SSP/SE | DOUTOR | BOLSISTA |
| EMERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO | 038320174-88 | 6218568 | MESTRE | BOLSISTA |
| GUSTAVO MADEIRO DA SILVA | 007805544-00 | 1664520-SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| DANIEL SALGUEIRO DA SILVA | 068392824-49 | 215528-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ALEXANDRA MARIA RIOS CABRAL | 549933724-72 | 991376-SDS/ES | DOUTOR | BOLSISTA |
| NATALLYA DE ALMEIDA LEVINO | 058908264-76 | 2001001002346-SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| CARLOS ANDRÉ SILVA CARNEIRO | 007427804-57 | 802.698-SSP/AL | DOUTOR | BOLSISTA |
| JOÃO VICTOR BRNADÃO NOGUEIRA | 051810834-12 | 2000003026765-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| REYNALDO RUBEM FERREIRA JÚNIOR | 265948034-68 | 1683447-SSP/PE | DOUTOR | BOLSISTA |
|  |  |  |  |  |
| **TUTORES A DISTÂNCIA** | **CPF** | **RG** | **TITULAÇÃO** | **REGIME TRABALHO** |
| NÚBIA IVETE MONTEIRO DE OLIVEIRA | 025734874-31 | 1356792-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| DIEGO DA GUIA SANTOS | 052952774-02 | 2001006016310 - SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| JAIR BARBOSA JÚNIOR E SANTOS  | 820563827-68 | 270228182-CNH-DETRAN/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| HALLISSON HENRIQUE COSTA FERRERIA | 009043294-02 | 939 - CORECON/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| JOUBER DE LIMA LESSA | 046520194-67 | 1980828-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| WEIDILA SIQUEIRA DE MIRANDA | 031254394-94 | 282237094-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ROBERTO MEDEIROS DA FONSECA CAVALCANTE | 056.017.904-93 | 2001006025646-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ANDRÉ LUIZ SALGUEIRO GUEDES | 007525144-23 | 870343-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| FABIANA TAVARES DOS SANTOS | 038239754-12 | 1822026-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| UILLIANE FAUSTINO DE LIMA GONÇALVES | 036736354-25 | 99001225188-SSP/RG | MESTRE | BOLSISTA |
| RODRIGO ANTONIO GOMES DA SILVA | 047630364-83 | 1982925-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| DANIELLE PATRICIA NASCIMENTO GALDINO DAMASCENO | 033316384-20 | 1746317-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| HENRIQUE PEREIRA TORRES | 816332894-00 | 1006866-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| SIMONE GICO CALHEIROS | 058364964-55 | 2000001164524-SEDS/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| JOSÉ MORAES JÚNIOR | 776428724-53 | 940791-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| TALLITA SANNY SANTOS | 007544154-30 | 1334065-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| SÉRGIO RICARDO S. DO NASCIMENTO | 034055254-97 | 98001048296-SEDS | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| DILSON BRAGA SANTOS | 023783527-43 | 493471-MD/COMAER | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **NOME DOS TUTORES PRESENCIAIS** | **CPF** | **RG** | **TTITULAÇÃO** | **REGIME DE TRABALHO** |
| JOSÉ ALVES DOS SANTOS JÚNIOR | 025253194-94 | 1-2069 - CRA/AL | ESPECIALISTA  | BOLSISTA |
| CHARLES CARILI COSTA SILVA | 044511444-42 | 1896106-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ADRIANA MARIA VICENTE DA SILVA | 028294827-94 | 1076606-SDS | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ANDRÉ LUIZ SALGUEIRO GUEDES | 007525144-23 | 870343-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| ANTÔNIO DO AMARAL FONTAN NETO | 014502854-22 | 2002001302854-SEDS | ESPECIALISTA | BOLSISTA |
| MARIA DO CARMO GALINDO CAVALCANTE | 299134034-72 | 380.052-SSP/AL | ESPECIALISTA | BOLSISTA |